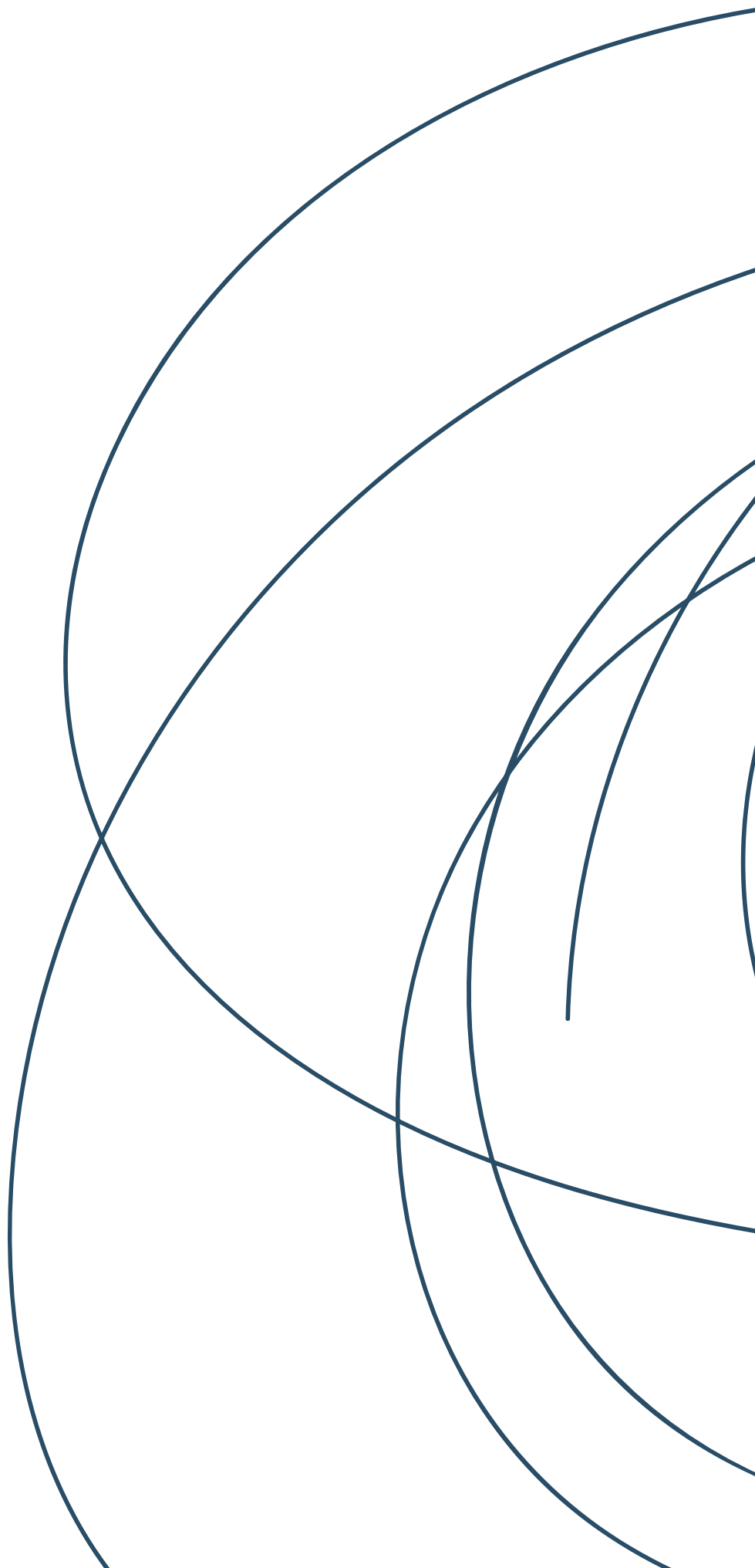


**COMUÁ PELO CLIMA:
FINANCIAMENTO DE
SOLUÇÕES CLIMÁTICAS
LOCAIS E CENÁRIOS
DA FILANTROPIA**



Setembro de 2024

**COMUÁ PELO CLIMA:
FINANCIAMENTO DE SOLUÇÕES
CLIMÁTICAS LOCAIS E CENÁRIOS
DA FILANTROPIA**

Sumário

Introdução	07
1. A Iniciativa Comuá pelo Clima	09
1.1 O processo de construção da Iniciativa Comuá pelo Clima	10
2. Metodologia do diagnóstico de atuação climática dos membros da Rede Comuá	11
3. Conceitos-Chave	15
4. Atuação dos membros da Rede Comuá	19
4.1 Nível de atuação climática das organizações da Rede Comuá	19
4.2 Área geográfica e locais prioritários de atuação climática	20
4.3 Biomas de atuação	22
4.4 Eixos de atuação	23
4.5 Público-alvo	25
4.6 Financiamento: fontes e recursos investidos	26
4.7 Impacto e ações financiadas pelas organizações na área de clima	27
5. Mapeamento de Soluções Climáticas Locais implementadas pelos membros da Rede Comuá	29
5.1 Eixos de atuação das Soluções Climáticas Locais	30
5.2 Público-alvo das Soluções Climáticas Locais	34
5.3 Estratégias das Soluções Climáticas Locais	37
6. Principais destaques sobre a atuação dos membros da Rede Comuá na agenda climática	40
7. Desafios do Financiamento Climático global	42
8. Cenários de financiamento na área de clima e Posicionamento dos Membros da Rede Comuá nessa agenda	44
9. Fortalezas, oportunidades e desafios da Iniciativa Comuá pelo Clima	49
10. Mapeamento de oportunidades de financiamento climático e de espaços de incidência	51
11. Considerações finais	55
Referências	56

Lista de gráficos

Gráfico 1. Principais etapas e atividades da Iniciativa Comuá pelo Clima	10
Gráfico 2. Etapas da metodologia	12
Gráfico 3. Matriz de conceitos-chave	16
Gráfico 4. Nível de atuação da organização na agenda climática	19
Gráfico 5. Distribuição geográfica da área de atuação climática dos membros da Rede Comuá	20
Gráfico 6. Distribuição dos locais de atuação climática dos membros da Rede Comuá	21
Gráfico 7. Distribuição de organizações da Rede Comuá atuantes por bioma	22
Gráfico 8. Distribuição dos eixos de atuação	23
Gráfico 9. Distribuição do público-alvo das ações na agenda climática da Rede Comuá	25
Gráfico 10. Recursos investidos pelas organizações da Rede Comuá na agenda de clima e/ou justiça climática em 2022 e 2023	26

Lista de tabelas

Tabela 1. Nome e descrição dos tipos de ações climáticas apoiadas ou implementadas pelos membros da Rede Comuá	28
Tabela 2. Exemplos de SCLs classificadas por eixos de atuação	30
Tabela 3. Exemplos de SCLs por público-alvo.	34
Tabela 4. Exemplos de SCLs com base nas estratégias utilizadas	37
Tabela 5. Análise de tendências do financiamento climático e como os membros da Rede atuam no tema	44
Tabela 6. Forças, oportunidades e desafios da Iniciativa Comuá pelo Clima	49
Tabela 7. Mapeamento de fundos de financiamento climático	51
Tabela 8. Mapeamento de eventos relevantes para a agenda de clima	52



Introdução

A Rede Comuá, atualmente composta por 18 membros, reúne organizações da filantropia independente que doam recursos através de estratégias diversificadas de *grantmaking* para OSCs, grupos e movimentos da sociedade civil, com foco principal em acesso a direitos. Os membros da Rede vêm desempenhando um papel crucial na mobilização de recursos para apoiar projetos nas áreas de justiça socioambiental, direitos humanos e desenvolvimento comunitário. O impacto dessas doações contribui com as lutas por equidade de gênero, raça, etnia, e para a construção de agendas políticas relevantes, tendo a sociedade civil como protagonista, especificamente os grupos de base e as minorias políticas. A partir desta perspectiva, entender melhor as relações entre as pautas sociais, comunitárias, de direitos humanos e mudança do clima oferece oportunidades de alcançar melhores resultados e impactos na sociedade brasileira.

O presente estudo tem o propósito de apresentar uma análise abrangente da atuação climática dos membros da Rede Comuá, destacando como as iniciativas apoiadas contribuem para a implementação de Soluções Climáticas Locais (SCLs). Assim, este documento se inicia com a apresentação da metodologia utilizada para a coleta e análise de dados para avaliar a atuação dos membros, bem como do mapeamento de soluções apoiadas e implementadas, seguidos de uma breve apresentação de conceitos-chave que embasam essas análises.

Em seguida, detalhamos o processo de construção da frente de incidência **Iniciativa Comuá pelo Clima**, explicando as etapas e estratégias definidas para sua implementação. A discussão dos resultados, incluindo o diagnóstico sobre o perfil da atuação dos membros e as SCLs mapeadas, é baseada nas respostas fornecidas pelos membros a um *survey* com

perguntas quantitativas e qualitativas, além de uma extensa pesquisa documental nos sites e canais de comunicação dos membros. Esses resultados foram apresentados em reunião interna da Rede, realizada em maio de 2024, com o objetivo de servir como um processo de escuta ativa e validação dos dados.

Ao longo do documento são elencados alguns dos desafios encontrados pelos membros da Rede para navegar o atual ecossistema de financiamento climático, cenários da filantropia e o posicionamento da Rede diante deles, apresentando uma visão crítica sobre potenciais estratégias a serem implementadas pela **Iniciativa Comuá pelo Clima** na implementação de estratégias de *advocacy* e *grantmaking*. A fim de apoiar os próximos passos da Iniciativa, destacamos um breve mapeamento das principais fontes de financiamento e espaços de incidência climáticos, os quais podem servir como pontos de partida para a atuação dos membros da Rede e da Iniciativa. Por fim, as considerações finais resumem as principais mensagens observadas ao longo do processo de elaboração deste estudo de engajamento com os membros e análise de cenários dos setores de filantropia e financiamento climático.

Através do processo de diagnóstico da atuação da Rede, do mapeamento de Soluções Climáticas Locais (SCLs) e do engajamento dos membros para a construção da **Iniciativa Comuá pelo Clima**, este trabalho faz parte de um contexto mais amplo de contribuição colaborativa para uma “Filantropia que Transforma”. Os achados apresentados visam embasar a atuação na implementação de uma agenda climática estratégica e inclusiva no Sul Global, apontando caminhos para potencializar ações e promover um impacto duradouro e eficaz no aumento do financiamento e da resiliência das comunidades com as quais atuam.



1.

A Iniciativa Comuá pelo Clima

Comuá pelo Clima é uma ação de incidência que busca fortalecer o posicionamento político, a atuação coletiva e articulada das organizações que integram a Rede Comuá para a construção de estratégias, narrativas e a produção de conhecimento no campo da filantropia climática, impulsionando essas agendas. Tem a finalidade de dar visibilidade à atuação das organizações da filantropia independente e comunitária que há décadas atuam com *grantmaking* para justiça socioambiental e têm uma trajetória consolidada em apoiar, com recursos financeiros, iniciativas da sociedade civil com foco em comunidades de base e tradicionais, e *expertise* na gestão de recursos e no monitoramento e avaliação de projetos.

A **Iniciativa Comuá pelo Clima** consolida o protagonismo da atuação dos membros da Rede no ecossistema de financiamento climático. Orientada pelo princípio da justiça climática, focada em inclusão, justiça e defesa de direitos, essa ação coletiva busca reforçar o papel estratégico e necessário no financiamento de Soluções Climáticas Locais (SCLs) **desenvolvidas por, para e com as comunidades**, respeitando as especificidades dos territórios e as necessidades dos grupos envolvidos.

A necessidade de direcionar um maior montante de recursos de maneira mais célere e estratégica para as comunidades e territórios mais impactados pelas mudanças climáticas tem sido cada vez mais debatida. Um dos desafios significativos para alcançar esse objetivo é garantir que o financiamento chegue efetivamente aos grupos e movimentos de base, com o mínimo de burocracia e de forma que contribua com o fortalecimento comunitário e organizacional.

Os obstáculos para alcançar essa mudança são temas constantes de debates internacionais sobre mudanças climáticas e a economia, tanto

no âmbito das Conferências das Partes da Convenção de Clima da ONU (UNFCCC, na sigla em inglês) quanto em um crescente número de fóruns internacionais, nacionais e locais, os quais têm sido cada vez mais palco de mobilizações em prol da redução de emissões de gases de efeito estufa, da reparação de desigualdades socioeconômicas estruturais e da busca por condições mais justas e sustentáveis de vida na terra.

No Brasil, comunidades, associações e organizações da sociedade civil têm criado soluções locais para mitigar os efeitos das mudanças climáticas, que atingem principalmente as minorias políticas, como comunidades indígenas, negras, quilombolas, LGBTQIAPN+, mulheres, agricultores familiares e populações urbanas periféricas. A atuação de organizações da filantropia comunitária e de justiça socioambiental tem sido crucial nesse contexto, pois elas facilitam o acesso a recursos de maneira confiável e desburocratizada, apoiando iniciativas de mitigação, adaptação e resiliência climática.

O ponto de partida desta iniciativa de incidência é apresentar informações relevantes sobre a atuação climática dos membros da Rede, isto é, perfil, ações e iniciativas desenvolvidas e financiadas na área de filantropia e clima. Acreditamos que Comuá pelo Clima tem potencial para se tornar uma referência para o campo da filantropia, contribuindo para incidir na construção de agendas e desenvolvimento de estratégias de financiamento para organizações e grupos da sociedade civil que atuam na linha de frente.

1.1 O processo de construção da Iniciativa Comuá pelo Clima

O processo de construção da **Iniciativa Comuá pelo Clima** foi **progressivo e participativo**, envolvendo as organizações membro nas ações de planejamento, e representa um marco que reflete o comprometimento de seus membros em promover Soluções Climáticas Locais e influenciar positivamente as práticas filantrópicas no Brasil e em nível regional e global (com foco do Sul Global). A articulação entre diversos atores da filantropia comunitária e independente busca não apenas viabilizar ações eficazes e sustentáveis **nos territórios, mas também fomentar uma cultura de doação voltada para a transformação social e a resiliência climática**.

Considerando a importância de democratizar o acesso a recursos àqueles que mais precisam, a **Iniciativa Comuá pelo Clima**¹ foi lançada durante o F20 Climate Solutions Forum, realizado na cidade do Rio de Janeiro

em junho de 2024, como uma alternativa para a construção de novos caminhos para a filantropia climática no Brasil². Através de uma abordagem inovadora e estratégica, a Iniciativa busca fortalecer uma articulação política entre atores e atrizes da filantropia comunitária e independente, evidenciando **soluções de financiamento climático lideradas localmente, pensadas e desenvolvidas a partir dos territórios e comunidades**. Ao mesmo tempo, almeja influenciar o campo da filantropia a repensar suas práticas de doação em prol do fortalecimento da sociedade civil, da transformação social e do enfrentamento efetivo aos impactos das mudanças climáticas.

O fluxograma a seguir apresenta as principais etapas e atividades compreendidas na construção da **Iniciativa Comuá pelo Clima**.

Gráfico 1. Principais etapas e atividades da Iniciativa Comuá pelo Clima



Etapa 1. Levantamento de iniciativas desenvolvidas na área de filantropia e clima e reunião de articulação com membros da Rede Comuá.

Etapa 2. Produção de uma matriz de diagnóstico de atuação dos membros e mapeamento de Soluções Climáticas Locais implementadas.

Etapa 3. Lançamento da Iniciativa Comuá pelo Clima no F20 Climate Solutions Forum.

Etapa 4. Desenvolvimento de Nota Técnica apresentando os principais resultados do estudo e cenários da filantropia e financiamento climáticos.

Etapa 5. Mês da Filantropia que Transforma e lançamento de publicação do estudo.

Etapa 6. Articulação da Iniciativa Comuá pelo Clima para atuação em fóruns internacionais como Climate Week e nas COPs 29 e 30.

Fonte: Pesquisa com organizações membro, abril/maio 2024.

¹ Inicialmente chamada Frente Climática da Rede Comuá, passou a ser chamada de Iniciativa Comuá pelo Clima a partir da reunião interna realizada com os membros da Rede, em 28 de maio de 2024.: [Rede Comuá lança Iniciativa Comuá pelo Clima](#)

² Promovido pela Plataforma F20 em parceria com o Instituto Clima e Sociedade (membro da Rede Comuá), Fundação Avina e GIFE, o evento reuniu atores da filantropia, gestores públicos, pesquisadores e sociedade civil de países do G20 com objetivo de preparar o cenário para a formação de novas alianças, compartilhamento de conhecimento e ampliação das vozes da filantropia do Sul Global nas discussões do G20. [Rede Comuá participa do F20 Climate Solutions Forum.](#)

Como evidenciado durante o processo de levantamento e diagnóstico, os membros da Rede já atuam no campo de doação de recursos de forma diferenciada, democratizando o acesso através de processos flexíveis e acessíveis para os grupos de base comunitária. Essas organizações doadoras que integram a Comuá têm um papel estratégico no enfrentamento à mudança do clima, já que possibilitam a implementação de Soluções Climáticas Locais (SCLs), apoiando ações de mitigação e adaptação dos territórios. Levando em conta que a filantropia tradicional brasileira não é predominantemente doadora para a sociedade civil e cria limitações para responder às demandas específicas dos territórios³, a **Iniciativa Comuá pelo Clima** busca fortalecer não somente a atuação das organizações que integram a Rede, mas inspirar e fomentar uma atuação mais sinérgica e colaborativa com outras organizações doadoras e da sociedade civil e atores interessados no **alcance da justiça climática e no fortalecimento da resiliência das comunidades locais**.

2. Metodologia do diagnóstico de atuação climática dos membros da Rede Comuá

Este estudo foi desenvolvido a partir de uma abordagem metodológica que envolveu técnicas quantitativas e qualitativas. A coleta de informações sobre a atuação dos membros foi realizada através do desenvolvimento de uma pesquisa quantitativa, baseada na aplicação de um formulário (*survey*). A análise das informações foi realizada por meio de classificação de dados e categorização das respostas fornecidas.

A dimensão qualitativa deste estudo foi desenvolvida através da pesquisa e revisão de documentos e informações coletadas através dos sites e mídias sociais das organizações membro, que foram apresentadas, analisadas e ajustadas a partir da realização de uma reunião facilitada com membros para coleta de *feedback* sobre dados preliminares.

³ O Censo GIFE 2022-2023 destaca que, embora as organizações de perfil mais executor ainda sejam maioria (55%), as organizações mais financiadoras crescem em número (43%): [Censo GIFE 2022-2023](#).

Gráfico 2. Etapas da metodologia



Fonte: Pesquisa com organizações membro, abril/maio 2024.

O diagnóstico teve como propósito analisar como as iniciativas e projetos apoiados pelos membros da Rede Comuá contribuem com SCLs desenvolvidas pelas organizações e grupos de base, mapeando e evidenciando as principais estratégias de financiamento climático e soluções concretas de enfrentamento à crise climática.

Desta maneira, a finalidade do diagnóstico é auxiliar na construção de uma agenda climática estratégica, fornecendo uma visão abrangente das atividades desenvolvidas pelos membros da Rede, além de identificar tendências, desafios e oportunidades no campo da filantropia, apontando para a definição de próximos passos na jornada de construção de uma narrativa alinhada a seus valores.

O processo envolveu as seguintes etapas

Etapa 1: Conhecendo a Rede. Elaboração de um diagnóstico sobre a atuação dos membros da Rede Comuá na área de clima com base em levantamentos quantitativos e qualitativos, com a finalidade de sistematizar e analisar informações e dados sobre a atuação da Rede e seus membros, de modo a entender melhor seus perfis de incidência e nível de engajamento com a pauta climática.

Nessa etapa, foi realizada uma pesquisa documental, desenvolvida com base em informações coletadas por meio de leituras de sites e principais páginas de comunicação das organizações membro – incluindo relatórios anuais, editais, estudos de caso, artigos e outras fontes – que teve como produto um **mapeamento de Soluções Climáticas Locais implementadas e/ou apoiadas pelos membros da Rede**. As SCLs mapeadas foram sistematizadas em uma ampla base de dados, concebida como um documento vivo, que pode ser atualizado periodicamente, e categorizadas com base nas seguintes informações:

- Nome da organização;
- Resumo da organização;
- Nome da SCL mapeada;
- Descrição da SCL;
- Se a solução foi apoiada por um edital de chamada de propostas avulso ou está vinculada a um programa específico;
- Ano de lançamento da SCL;
- Linha de atuação da SCL;
- Público-alvo da SCL;
- Organização executora;
- Estratégia;
- Tipo de produto/output.

De modo complementar, foi administrado um questionário (*survey*) junto às organizações membro, intitulado “Soluções Climáticas Lideradas Localmente - Mapeamento de iniciativas financiadas e desenvolvidas pelos membros da Rede Comuá”. A partir das respostas recebidas⁴, foi possível traçar o perfil da atuação climática dos membros da Rede e mapear ações e iniciativas desenvolvidas e financiadas na área de filantropia e clima, complementando e validando a pesquisa documental da etapa anterior. No questionário, foram inseridas perguntas sobre os seguintes temas orientadores:

- Nível de atuação da organização na agenda climática;
- Área geográfica de atuação;
- Biomas de atuação;
- Foco central dos locais de atuação da sua organização;
- Eixos de atuação (setores ou temas);
- Ações financiadas pela organização na área de clima;
- Público-alvo;
- Recursos financeiros investidos pelas organizações para a área de clima/justiça climática em 2022 e em 2023;
- Fontes de financiamento e Impacto das ações.

⁴ As pesquisas e análises foram feitas em maio de 2024, quando a Rede Comuá possuía 17 membros. No entanto, uma organização se tornou membro depois da finalização das análises.

Etapa 2: Validação com os membros. Após o levantamento e sistematização dos dados com base na pesquisa documental e no questionário, foi realizada uma reunião *online* com todos os membros da Rede Comuá, mediada por uma equipe de facilitadoras, para validar informações coletadas a partir dos levantamentos realizados. Além disso, a reunião iniciou o processo de planejamento da agenda e construção da narrativa da **Iniciativa Comuá pelo Clima**, a partir da elaboração de estratégias de atuação e mensagens-chave. Essas narrativas foram incorporadas neste documento, mapeando os pontos fortes da atuação das organizações membro na agenda de filantropia climática.

Etapa 3: Análise dos cenários da filantropia e a atuação da Rede Comuá. Revisão bibliográfica e análise dos cenários da filantropia em nível nacional e internacional, com a finalidade de mapear oportunidades e entraves a partir dos principais achados da atuação dos membros da Rede. Para isso, foi feita uma pesquisa documental baseada na coleta de informações de relatórios, artigos e publicações elaborados por organizações e instituições que atuam tanto na esfera nacional quanto internacional. Esse estudo resultou em uma análise sucinta sobre cenários da filantropia climática, a fim de identificar tendências de atuação e de direcionamento de recursos.

Em seguida, foi realizada uma breve descrição das forças, oportunidades e desafios da atuação da Rede Comuá, oferecendo uma perspectiva abrangente sobre a capacidade da Rede e de seus membros para atingir seus objetivos estratégicos na agenda climática, no contexto da **Iniciativa Comuá pelo Clima**. Por fim, foram mapeadas as principais oportunidades de financiamento climático e de espaços de incidência que podem fortalecer a Iniciativa e o acesso a recursos.



3.

Conceitos-Chave

O processo de elaboração do diagnóstico de atuação climática dos membros da Rede foi construído a partir de conceitos-chave, que permeiam a criação e a implementação da **Iniciativa Comuá pelo Clima**. A mudança climática é uma realidade inegável, que afeta todas as pessoas do planeta. No entanto, elas não são impactadas da mesma forma. **As desigualdades sociais, econômicas e estruturais existentes se somam aos impactos da mudança climática**, e os grupos já marginalizados e vulneráveis se tornam cada vez mais suscetíveis aos efeitos adversos da alteração do clima. Dessa maneira, o olhar sobre a interação entre as relações socioeconômicas e a mudança do clima evidencia que o modo como as pessoas são afetadas se dá de acordo com a sua realidade social e contextos de vida.

Aqueles que historicamente são invisibilizados têm menos acesso a recursos financeiros, serviços e infraestrutura, e sofrem com mais intensidade essas consequências. Estes grupos - comunidades tradicionais, povos indígenas, quilombolas, mulheres, pessoas negras, LGBTQIAPN+, periferias, minorias étnicas e políticas - têm seus direitos humanos negados e violados reiteradamente, o que afeta diretamente seu modo de vida e bem-estar.

Assim, torna-se fundamental destacar a necessidade de pensar a mudança do clima a partir de uma **abordagem baseada em direitos humanos**⁵. Esta abordagem garante a inclusão daqueles em situação de maior vulnerabilidade e promove a justiça, tendo como resultado políticas mais coerentes, legítimas e sustentáveis. Isso significa que todas as estratégias de mitigação, adaptação e financiamento climático devem focar em reduzir a pobreza, fortalecer os direitos e melhorar a saúde e o bem-estar.⁶

Nesse contexto, a visão, abordagens e práticas da **filantropia comunitária**⁷ ocupam um

papel estratégico, ao fornecer apoio financeiro e não financeiro para fortalecer aqueles que são mais afetados e que estão na linha de frente no enfrentamento às mudanças climáticas. Essa filantropia, em contraste com a filantropia tradicional, reconhece o protagonismo das organizações e coletivos da sociedade civil, seu poder transformador e a sua capacidade de buscar soluções aos problemas que enfrentam. Trata-se de uma filantropia feita com e para movimentos e grupos comunitários de base presentes em todos os biomas brasileiros, desempenhando um papel crucial na regulação climática do planeta.

O caminho que o financiamento climático percorre até chegar nas comunidades é marcado por vários desafios. Entre eles, a complexidade dos processos burocráticos, dificuldades políticas de acesso a informações estratégicas, barreiras linguísticas, entre outros. Por sua vez, as práticas guiadas pelos princípios da filantropia comunitária procuram criar espaços de diálogo direto com as pessoas e grupos que estão nos territórios e nas diversas frentes de luta, democratizando o acesso direto a recursos àqueles que, apesar de não serem os principais responsáveis, acabam sendo os mais impactados pela crise climática.

A filantropia climática comunitária fortalece o ecossistema de financiamento ao implementar uma perspectiva centrada nas pessoas⁸. Isso quer dizer que tomar decisões no campo do financiamento climático baseadas nessa visão direciona benefícios para promover a equidade, garante uma transição justa e de baixo carbono para todas as comunidades e, por fim, por meio de processos inclusivos, entende as necessidades das comunidades e as apoia na ampliação de direitos sociais e econômicos.

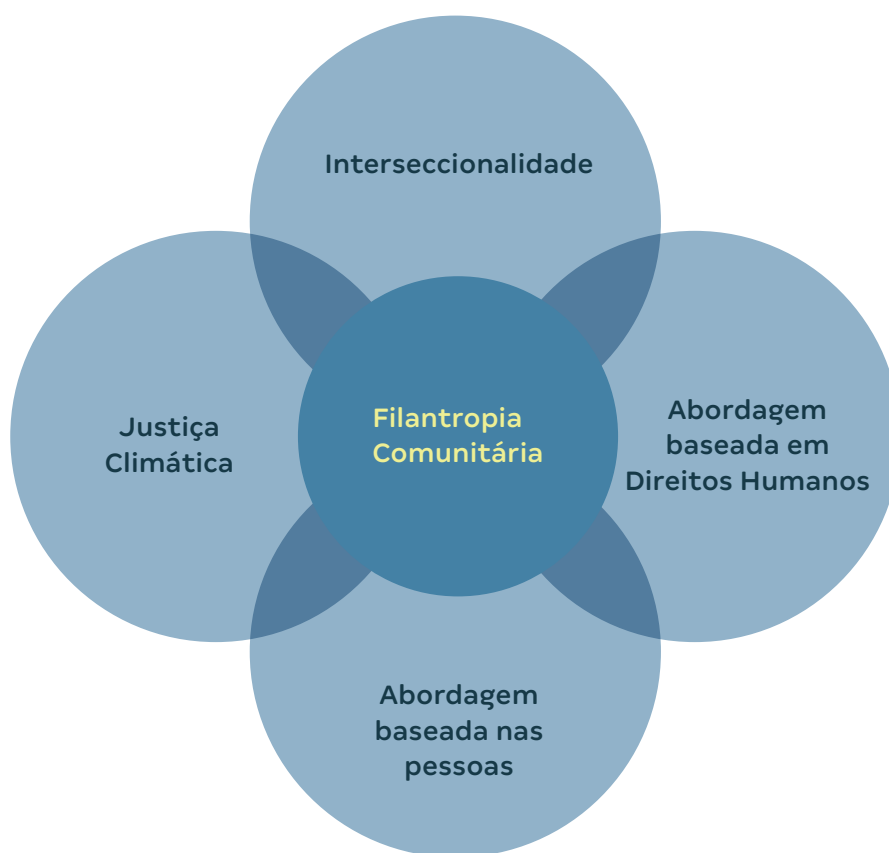
⁵ [Applying a Human Rights-Based Approach to Climate Change Negotiations, Policies and Measures](#)

⁶ [Applying a Human Rights-Based Approach to Climate Change Negotiations, Policies and Measures](#)

⁷ [Financiamento climático, sociedade civil e a agenda de direitos - Comuá](#)

⁸ [Putting People at the Center of Climate Action](#)

Gráfico 3. Matriz de conceitos-chave



Fonte: Pesquisa com organizações membro, abril/maio 2024.

Dessa maneira, quando estão no centro do debate e são apoiadas por organizações filantrópicas que acreditam na potência transformadora dos grupos de base, as comunidades têm mais recursos financeiros para melhorar sua qualidade de vida e proteger a biodiversidade, conseguem ampliar as estratégias de incidência em tomadas de decisão para garantir seus direitos e implementar soluções locais que efetivamente as deixem mais resilientes às mudanças climáticas. Nos territórios indígenas do Brasil, por exemplo, há mais espécies de mamíferos, aves, répteis e anfíbios do que em todas as áreas protegidas fora desses territórios⁹. E portanto, ao receberem

apoio da filantropia, estes povos conseguem ter recursos necessários para manter seu modo de vida associado à conservação da natureza, o que contribui com o enfrentamento das mudanças climáticas.

As práticas da filantropia comunitária promovem dinâmicas transformadoras, inclusive na democratização de acesso a recursos por povos indígenas, comunidades tradicionais e locais, apoiando diretamente aqueles que estão na linha de frente dos impactos climáticos.

Com base no entendimento desses conceitos-chave e em como eles interagem com a mudança do clima, a Rede Comuá e seus membros têm a capacidade de ampliar o olhar

⁹ [Os povos indígenas e tribais e governança florestal. Uma oportunidade para a ação climática na América Latina e no Caribe](#)

sobre como já interagem ou podem melhorar a sua atuação na pauta climática por meio da justiça climática - um termo que marca a atuação da Rede e **coloca a equidade e os direitos humanos no centro da tomada de decisões e ações sobre as alterações climáticas**¹⁰. E também, a partir destes conceitos, esta nota técnica irá se debruçar sobre como a filantropia comunitária pode fomentar a ação local das comunidades na agenda do clima - as Soluções Climáticas Locais (SCLs).

Essas soluções podem incluir uma variedade de abordagens, tais como:

Adaptação: Desenvolvimento de estratégias para enfrentar os impactos das mudanças climáticas, como enchentes, secas ou aumento do nível do mar, por meio de práticas agrícolas adaptadas, infraestrutura resiliente e planejamento urbano sustentável.

Mitigação: Implementação de medidas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa em nível local, como a adoção de energias renováveis e eficiência energética.

Conservação e Restauração: Proteção e recuperação de ecossistemas locais, como florestas, manguezais e áreas úmidas, que desempenham um papel crucial na absorção de carbono e na proteção contra desastres naturais.

Educação e Sensibilização: Promoção da conscientização sobre as mudanças climáticas e ações sustentáveis dentro da comunidade, capacitando os indivíduos sobre o enfrentamento das mudanças climáticas.

Inovação Tecnológica: Desenvolvimento e implementação de tecnologias adaptadas às necessidades locais, como sistemas de captação de água da chuva, fogões eficientes em energia e soluções de transporte de baixo carbono.

Fortalecimento Comunitário: Fortalecimento

de capacidades das comunidades para participar ativamente na tomada de decisões relacionadas ao meio ambiente e à adaptação às mudanças climáticas, garantindo uma abordagem inclusiva e equitativa.

Em geral, o papel da filantropia comunitária - especificamente os membros da Rede Comuá - é relevante no apoio das SCLs que visam promover a participação e fortalecimento das comunidades locais, enfrentar desafios climáticos específicos de cada território e contribuir para uma resposta global com agilidade, mais coordenada, eficiente e inclusiva às mudanças climáticas.

¹⁰ [Climate change is a matter of justice – here’s why](#)

Box 1. Resumo dos principais conceitos

Justiça climática: Justiça climática é um termo que coloca a equidade e os direitos humanos no centro da tomada de decisões e ações sobre as alterações climáticas (UNDP, 2023).

Interseccionalidade: Uma análise interseccional destaca como diferentes sujeitos e grupos se relacionam de modo diverso com as alterações climáticas, devido à sua localização em estruturas de poder¹¹. Ou seja, a interseccionalidade ajuda a entender como os impactos e as respostas às mudanças climáticas afetam diferentes grupos de maneira desigual, e suas consequências variam dependendo de uma série de fatores interligados, incluindo, mas não se limitando, a raça, gênero, classe social, idade, localização geográfica e *status* de imigração.

Abordagem centrada nas pessoas: Tomar decisões climáticas baseadas nas pessoas direciona benefícios para promover a equidade, garante uma transição justa e de baixo carbono para todas as comunidades e, por fim, por meio de processos inclusivos, entende as necessidades das comunidades e as apoia na ampliação de direitos sociais e econômicos.¹²

Abordagem baseada em direitos humanos: Esta abordagem garante a inclusão daqueles mais vulnerabilizados e promove a justiça, tendo como resultado políticas mais coerentes, legítimas e sustentáveis. Isso significa que todas as estratégias de mitigação, adaptação e financiamento climático devem focar em reduzir a pobreza, fortalecer os direitos humanos e a melhorar a saúde e o bem-estar humanos.¹³

Soluções Climáticas Locais (SCLs): São soluções criadas por, para e com as comunidades - a partir da base - que consideram as especificidades e vulnerabilidade dos grupos envolvidos. Por isso, há maior potencial de impacto na mobilização das comunidades locais para implementá-las, e de fortalecimento da ação coletiva na defesa dos seus direitos e territórios.¹⁴

¹¹ [Full article: Climate change through the lens of intersectionality.](#)

¹² [WRI, 2019. Putting People at the Center of Climate Action.](#)

¹³ [Applying a Human Rights-Based Approach to Climate Change Negotiations, Policies and Measures.](#)

¹⁴ [Conceito elaborado de maneira conjunta pelos membros da Rede Comuá.](#)

4.

Atuação dos membros da Rede Comuá

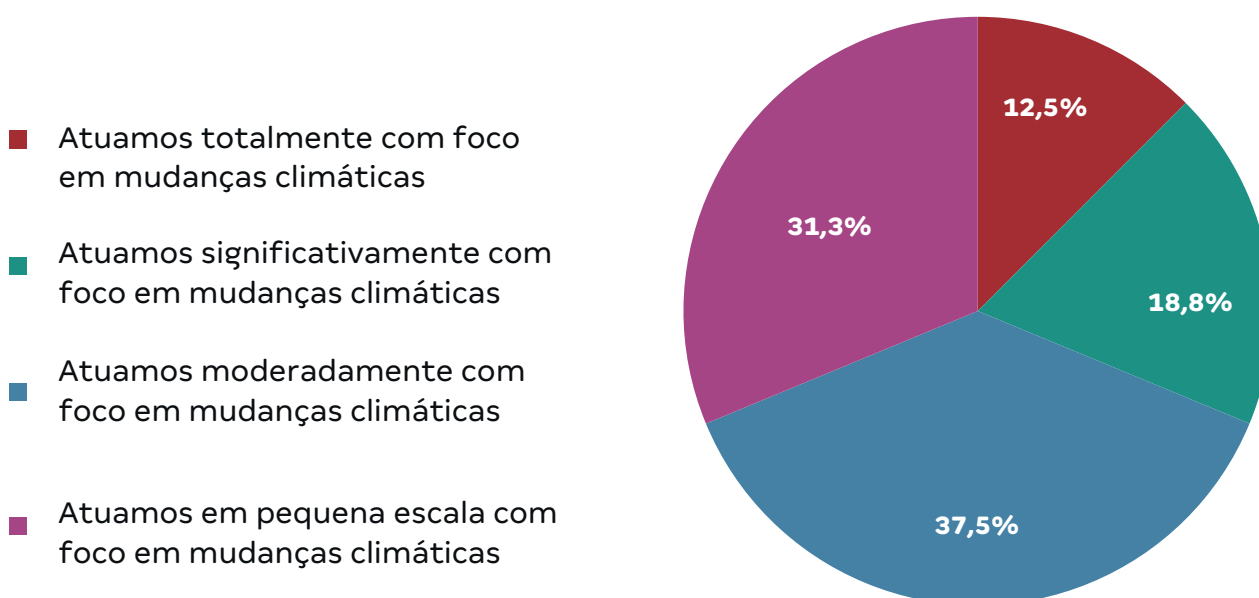
No momento em que foi desenvolvida a pesquisa quantitativa, 16 organizações que integram a Rede Comuá responderam ao questionário, universo que representa 94% da Rede. A seguir, são apresentados e analisados os principais achados da pesquisa.

4.1 Nível de atuação climática das organizações da Rede Comuá

Para compreender o nível de atuação da organização na agenda climática, os membros da Rede Comuá classificaram a sua atuação em uma escala de cinco níveis, variando desde não atuar com foco em mudança climática (0%), até atuar totalmente com foco em mudança climática (100%). A maioria dos membros respondeu que estão engajados em combater as mudanças

climáticas, com variação na profundidade do foco: 70% das organizações afirmam atuar em pequena ou média escalas; enquanto 30% afirmam ter significativo ou total foco nesta linha de atuação (75 a 100%). O gráfico abaixo destaca a distribuição da atuação dos membros em cada nível.

Gráfico 4. Nível de atuação da organização na agenda climática



Fonte: Pesquisa com organizações membro, abril/maio 2024.

A predominância das respostas é de uma atuação moderada, com quase 40% dos membros dedicando parcialmente seus esforços no apoio à iniciativas de enfrentamento à crise climática. Portanto, é possível afirmar que os membros da

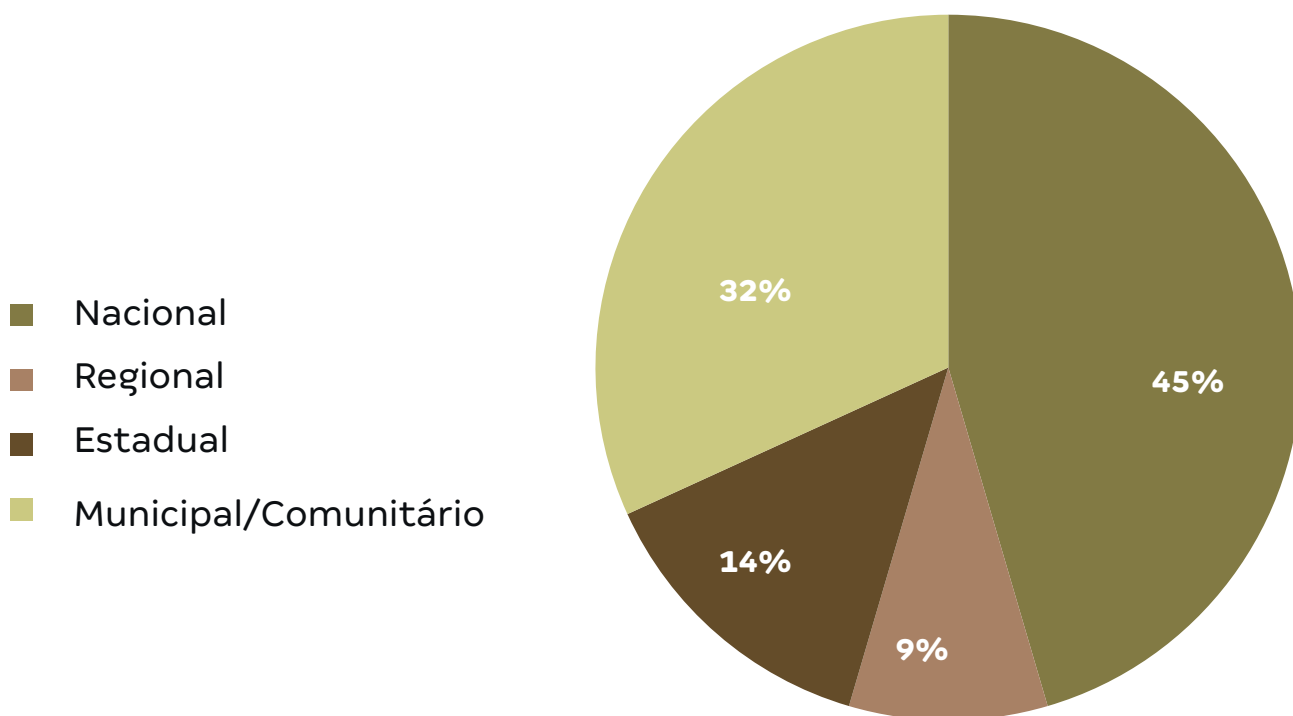
Rede Comuá estão comprometidos com a agenda climática, uma vez que todos os membros já atuam em algum nível com essa pauta.

4.2 Área geográfica e locais prioritários de atuação climática

O conjunto das organizações membro da Rede atua em todo o território brasileiro, sendo 45% dos membros em nível nacional. Isso demonstra um alto potencial de capilaridade em atingir diferentes regiões e de fortalecer a pauta climática em todos os recortes geográficos. Em

seguida, a segunda maior escala de atuação é a municipal ou comunitária, o que confirma o engajamento na implementação de Soluções Climáticas Locais. O gráfico abaixo apresenta a distribuição da atuação dos membros com base na área geográfica.¹⁵

Gráfico 5. Distribuição geográfica da área de atuação climática dos membros da Rede Comuá



Fonte: Pesquisa com organizações membro, abril/maio 2024.

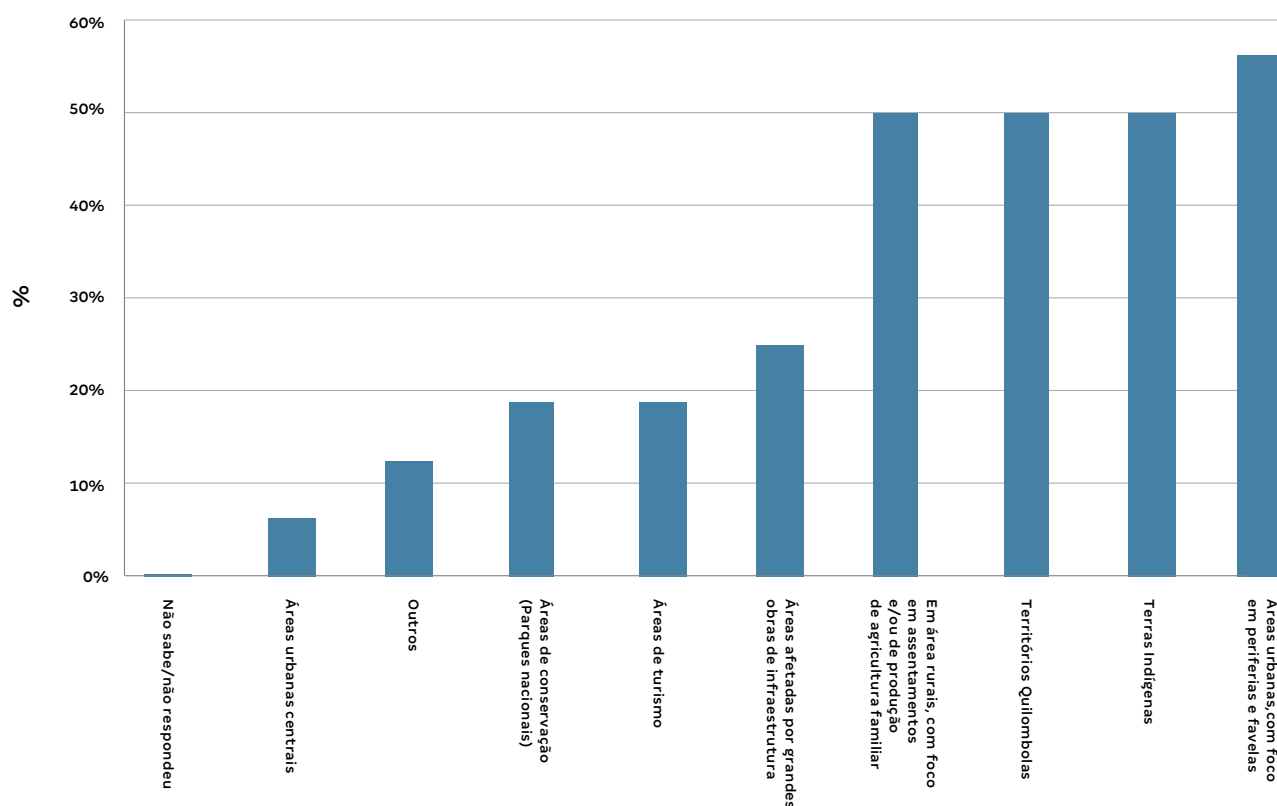
¹⁵ Por “regional” entende-se as 5 regiões do Brasil: Norte, Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste.

Além da área geográfica, mapear a prioridade dos locais de atuação das organizações é fundamental para entender para quais territórios estão sendo doados a maior parte dos recursos para apoiar ações climáticas. Diante disso, os membros indicaram as prioridades de locais de atuação:

1. Áreas urbanas centrais;
2. Áreas urbanas, com foco em periferias e favelas;
3. Áreas rurais, com foco em assentamentos e/ou de produção de agricultura familiar;
4. Áreas de conservação (Parques nacionais);
5. Áreas afetadas por grandes obras de infraestrutura;
6. Áreas de turismo;
7. Terras Indígenas e Territórios Quilombolas.

O gráfico abaixo apresenta a distribuição dos locais de atuação climática dos membros da Rede Comuá.

Gráfico 6. Distribuição dos locais de atuação climática dos membros da Rede Comuá



Fonte: Pesquisa com organizações membro, abril/maio 2024.

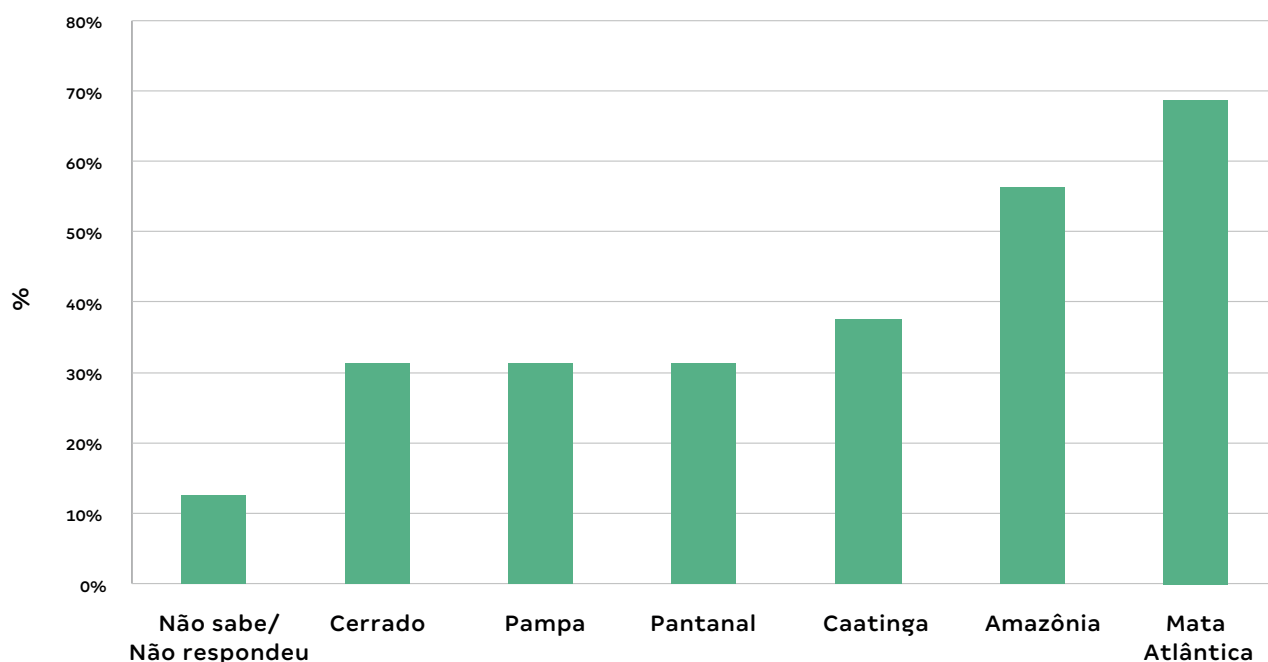
A partir dos dados coletados, percebe-se que a atuação climática dos membros da Rede Comuá é capilarizada, alcançando diversos territórios. Apesar disso, há uma concentração maior de esforços em áreas urbanas periféricas, áreas rurais, terras indígenas e territórios quilombolas. A ênfase nesses locais de atuação destaca que a atuação dos membros é

direcionada a áreas prioritárias, onde os impactos ambientais decorrentes da crise climática e das desigualdades sociais são mais severos. Dessa forma, há um esforço comum das organizações da filantropia independente para **promover a resiliência dos territórios mais vulneráveis à mudança do clima.**

4.3 Biomas de atuação

Os membros da Rede atuam em todos os biomas nacionais, o que indica seu compromisso com a defesa da biodiversidade e com as comunidades locais. O gráfico abaixo apresenta mais detalhes sobre os biomas nos quais as organizações atuam.

Gráfico 7. Distribuição de organizações da Rede Comuá atuantes por bioma



Fonte: Pesquisa com organizações membro, abril/maio 2024.

A diversidade de biomas e territórios de atuação reflete a adaptabilidade das organizações aos diferentes contextos ambientais e sociodemográficos. Apesar do foco maior na Mata Atlântica e Amazônia, os membros da Rede apoiam ou implementam ações em todos os biomas, considerando a interdependência entre eles e a oportunidade de associar a conservação da rica biodiversidade e o sequestro de carbono com a manutenção dos serviços ecossistêmicos vitais e o apoio às comunidades tradicionais e locais.

Cabe destacar que o foco de atuação na Mata Atlântica pode ser explicado pelo fato de que os grandes centros urbanos do Brasil se encontram nesse bioma. Ao mesmo tempo, a

Amazônia é o bioma com maior biodiversidade, habitado por comunidades tradicionais que são público prioritário dos apoios. Por outro lado, Cerrado, Pampa, Pantanal e Caatinga, mesmo com suas características e relevância na conservação da biodiversidade, são biomas que constantemente se encontram fora dos grandes debates e financiamento internacional e nacional quando se fala em mudança climática. Assim, a atuação das organizações da Rede surge como uma **estratégia de resistência na conservação de todos os biomas brasileiros**.

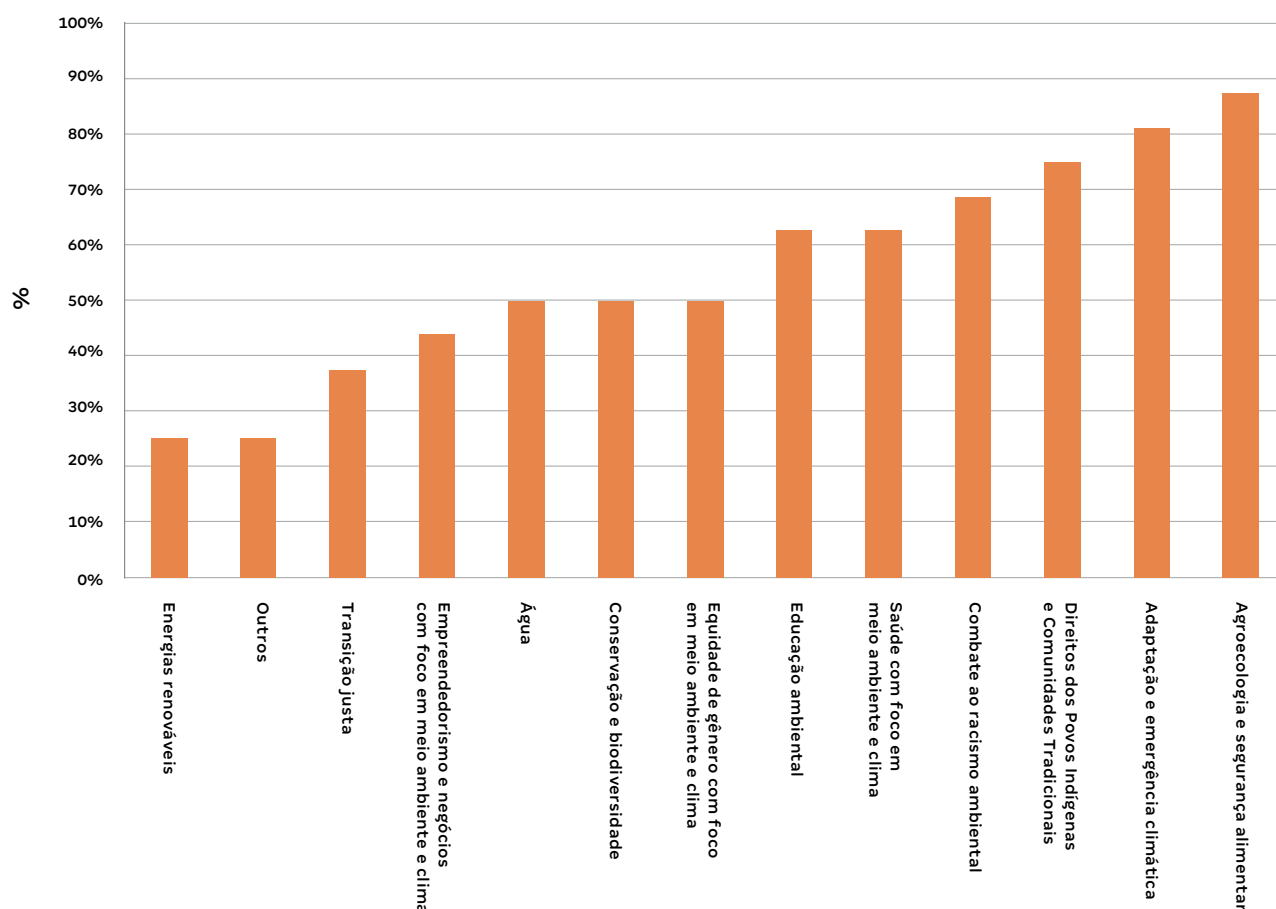
4.4 Eixos de atuação

Elencar os eixos de atuação é necessário para identificar os setores e temas que são prioridades para os membros da Rede Comuá. Nesse sentido, são apoiados e/ou desenvolvidos projetos com foco em algum desses setores ou temas, sendo eles:

- Água;
- Conservação e biodiversidade;
- Empreendedorismo e negócios com foco em meio ambiente e clima;
- Educação ambiental;
- Energias renováveis;
- Agroecologia e segurança alimentar;
- Saúde com foco em meio ambiente e clima;
- Combate ao racismo ambiental;
- Adaptação e emergência climática;
- Transição justa;
- Equidade de gênero com foco em meio ambiente e clima;
- Direitos dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais.

O gráfico abaixo apresenta a distribuição de eixos de atuação dos membros da Rede Comuá.

Gráfico 8. Distribuição dos eixos de atuação



Fonte: Pesquisa com organizações membro, abril/maio 2024.

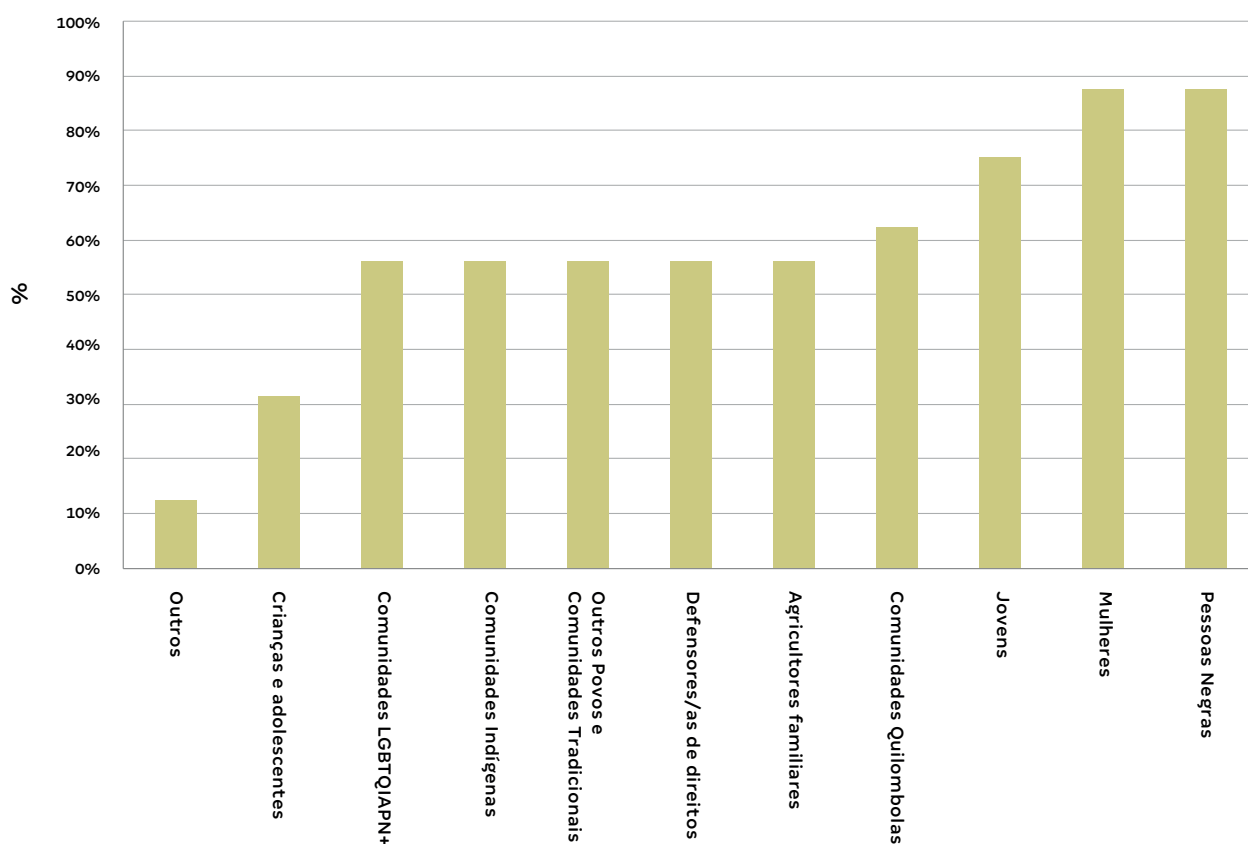
Com base nos dados apresentados, é possível entender que as organizações membro da Rede Comuá priorizam a agroecologia e a segurança alimentar, contribuindo para minimizar os impactos da fome nas comunidades locais. Apoiar estratégias de adaptação e emergências climáticas também é chave para reduzir os impactos e enfrentar os eventos extremos nos territórios. Por sua vez, defender os direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais é indispensável devido ao entendimento de que estes grupos são extremamente vulneráveis à mudança do clima e às desigualdades sociais, ao mesmo tempo em que lideram o protagonismo na defesa dos territórios e da biodiversidade. 70% ou mais dos membros atuam diretamente com estes temas.

De modo complementar, 50% a 70% dos membros atuam nos eixos de água e gestão de recursos hídricos, conservação e biodiversidade, educação ambiental, saúde com foco em meio ambiente e clima, combate ao racismo ambiental e equidade de gênero. Além disso, outros temas foram mencionados pelas organizações, como: políticas estruturantes (tais como o Plano de Aceleração do Crescimento, o Plano de Transformação Ecológica e a Política Nacional de Mudanças Climáticas); indústria, petróleo e gás; pecuária; diplomacia climática; e fortalecimento institucional de coletivos, movimentos e organizações locais. Assim, destaca-se a atuação multitemática das organizações membro, com um forte potencial de impacto e de engajamento em diferentes temas, territórios e setores.

4.5 Público-alvo

A Justiça Climática é um conceito chave para entender a atuação das organizações membro, especialmente considerando os diversos perfis de públicos com os quais se relacionam. Somando as organizações que apoiam prioritariamente ações com foco em mulheres, pessoas negras e jovens, mais de 70% das respondentes atuam com estes grupos. Isso indica que a abordagem que guia a atuação das organizações da Rede é de **carácter interseccional**, já que são consideradas questões de gênero, raça e faixa etária nas ações desenvolvidas.

Gráfico 9. Distribuição do público-alvo das ações na agenda climática da Rede Comuá



Fonte: Pesquisa com organizações membro, abril/maio 2024.

Além disso, 50% ou mais dos membros priorizam outros grupos que são afetados de maneira desproporcional pelos efeitos da mudança do clima, tais como pessoas LGBTQIAPN+, povos e comunidades tradicionais, defensores de direitos e agricultores familiares. Por fim, outros grupos foram mencionados como prioritários, como as lideranças comunitárias, coletivos, movimentos e organizações locais.

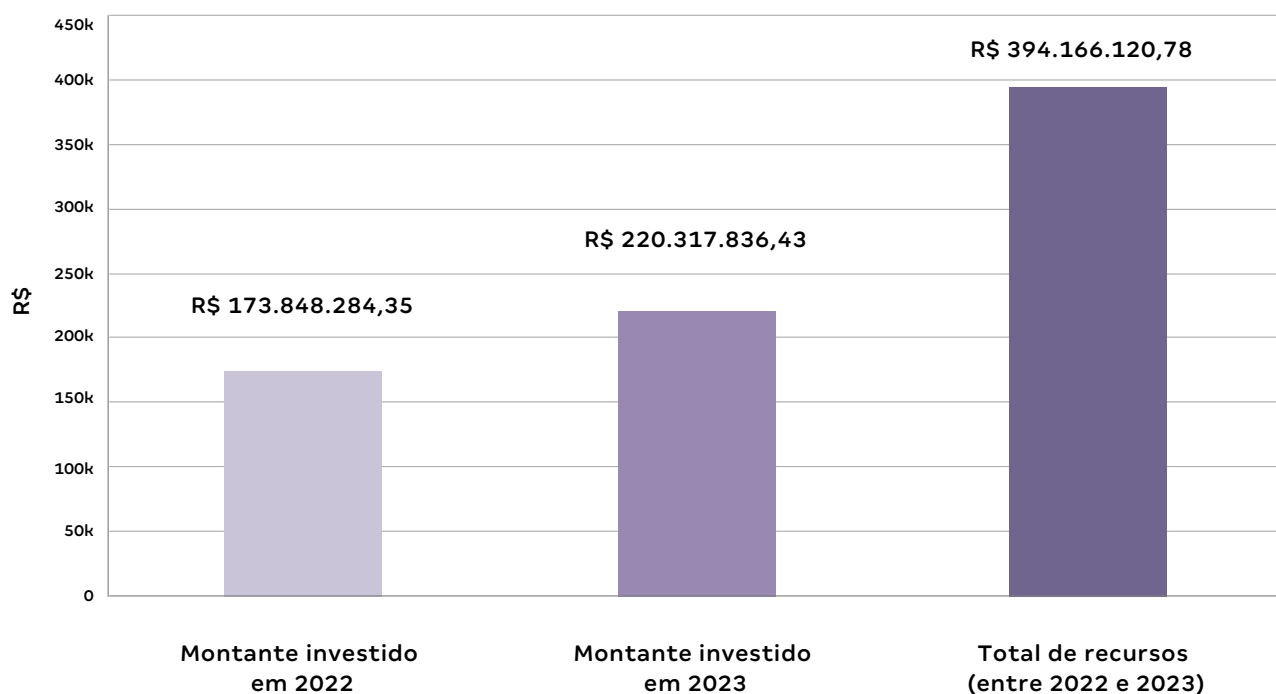
4.6 Financiamento: fontes e recursos investidos

Para que as comunidades de base sejam fortalecidas frente à mudança do clima, é necessário que o financiamento aterrise nos territórios, alcançando grupos prioritários. Os recursos investidos pelas organizações membro tornam-se um elemento chave para aumentar a resiliência destes grupos e a sua capacidade de se adaptar diante das vulnerabilidades sociais, econômicas e climáticas. Quando questionadas sobre o montante investido para ações de clima/justiça climática, **81% dos membros afirmam ter aumentado o nível de investimento.**

Algumas organizações tiveram um aumento substancial nos recursos investidos na agenda de clima, enquanto outras tiveram um incremento moderado. Porém, ainda que com esforços distintos, as organizações demonstram comprometimento com o alcance da justiça climática: mais de **300 milhões de reais foram investidos em ações de justiça climática**, considerando o montante de recursos destinado nos anos de 2022 e 2023.

O gráfico 10 apresenta os recursos investidos em 2022 e 2023 pelas 16 organizações respondentes do *survey*, com um aumento de aproximadamente 27% entre os anos.

Gráfico 10. Recursos investidos pelas organizações da Rede Comuá na agenda de clima e/ou justiça climática em 2022 e 2023



Fonte: Pesquisa com organizações membro, abril/maio 2024.

Para que haja um aumento no montante repassado às comunidades locais, as organizações da Rede Comuá precisam acessar diferentes fontes de financiamento para que, dessa forma, seja possível fortalecer práticas de filantropia comunitária com foco em clima. **Para mais de 60% dos membros, as principais fontes de recursos são oriundas da filantropia internacional e nacional.**

Apesar de que a maior prevalência de recursos é oriunda da filantropia, percebe-se um esforço das organizações membro em fortalecer o acesso a fontes da cooperação internacional, empresas e de doações em campanhas de crowdfunding como estratégias para diversificar a captação de recursos.

4.7 Impacto e ações financiadas pelas organizações na área de clima

O crescimento de investimentos em justiça climática sugere uma tendência positiva de fortalecimento de ações socioambientais e reconhecimento da urgência climática por parte das organizações membro da Rede Comuá. O aumento de financiamento tem impulsionado um conjunto significativo de ações com foco em clima, que vão desde o apoio direto a organizações e projetos, até ações de incidência ou litigância climática. A tabela abaixo destaca algumas das ações com foco em clima citadas pelos membros da Rede.

Tabela 1. Nome e descrição dos tipos de ações climáticas apoiadas ou implementadas pelos membros da Rede Comuá

Ação apoiada/desenvolvida		Descrição
	Apoio institucional e a projetos	Doação de recursos financeiros, técnicos ou logísticos para a implementação de iniciativas voltadas para soluções específicas.
	Produção de conhecimento	Desenvolvimento de pesquisas, estudos, análises e documentação para gerar informações relevantes e embasar ações futuras.
	Desenvolvimento de tecnologias sociais	Criação, adaptação ou aplicação de tecnologias e inovações voltadas para resolver problemas sociais e ambientais.
	Incidência junto ao poder público	Atividades direcionadas para influenciar políticas públicas, legislação e decisões governamentais em prol de mudanças positivas.
	Incidência no ecossistema do financiamento	Ações para influenciar a atuação de instituições financeiras, investidores e financiadores a priorizar projetos sustentáveis e sociais.
	Incidência no âmbito da sociedade civil (advocacy)	Atividades para mobilizar e fortalecer a sociedade civil, promovendo ações coletivas em prol de mudanças sociais.
	Participação em eventos	Participação ativa em conferências, seminários e eventos para promover debates, compartilhar conhecimentos e fortalecer articulações (<i>networking</i>).
	Campanhas de comunicação	Estratégias e campanhas de comunicação para conscientização pública, mobilização social e engajamento em torno de questões específicas.
	Engajamento de atores	Parcerias e alianças com diferentes atores, incluindo empresas, ONGs, governos e comunidades para colaboração e impacto ampliado.
	Participação de equipes em formações específicas	Fortalecimento de capacidades de equipes em temas específicos.
	Atividades de formação	Workshops, cursos e outras iniciativas para fortalecer capacidades de diversos públicos sobre temas relevantes.
	Organização de reuniões para debates	Apoio e criação de espaços para discussão, diálogo e troca de ideias entre diversos atores sobre questões pertinentes.
	Apoio a ações de litigância	Assistência jurídica e suporte para processos legais e litígios em defesa de direitos e causas específicas.

Fonte: Mapeamento de SCLs, abril/maio 2024

Para mais de 70% dos membros, as atividades de formação e o apoio direto (doação) a projetos/organizações são as ações para as quais foram destinados mais recursos. Através do apoio a essas ações na área de justiça climática, **mais de 900 grupos e mais de um milhão de pessoas foram diretamente beneficiadas**¹⁶.

Dessa maneira, as organizações da Rede Comuá se apresentam como atores estratégicos no campo da filantropia climática no Brasil, visto que contribuem com a democratização de acesso dos recursos financeiros para que inúmeros grupos de base sejam fortalecidos na sua capacidade de resiliência.

5.

Mapeamento de Soluções Climáticas Locais implementadas pelos membros da Rede Comuá

O mapeamento de SCLs foi a segunda etapa desenvolvida para avaliar a atuação climática dos membros da Rede Comuá. As informações foram coletadas por meio de levantamentos documentais e contribuíram para ampliar o entendimento de quais iniciativas estão sendo apoiadas e/ou desenvolvidas pelos membros da Rede na agenda de clima. Ao todo, foram mapeadas **106 Soluções Climáticas Locais, até maio de 2024**¹⁷. Essas soluções já são implementadas ou apoiadas pelos membros da Rede Comuá¹⁸.

O processo de mapeamento e divulgação tem a finalidade de ampliar o conhecimento sobre a atuação no campo da justiça climática e o entendimento sobre diferentes oportunidades de apoio a comunidades e territórios. Esse mapeamento é uma referência estratégica para o campo da filantropia, e busca incidir na construção de agendas e desenvolvimento de estratégias de financiamento para organizações e grupos da sociedade civil.

O diagnóstico, portanto, aponta soluções relacionadas à disseminação de conhecimento e

boas práticas já implementadas pelos membros da Rede no enfrentamento às mudanças climáticas, demonstrando um posicionamento estratégico no campo da filantropia climática.

Ao destacar as soluções apoiadas e/ou implementadas pelos membros da Comuá, espera-se inspirar ações adicionais e promover uma maior colaboração entre organizações da sociedade civil, comunidades, doadores e poderes público e privado na busca por um futuro mais sustentável.

Para a apresentação desta seção, foram selecionadas apenas **42 exemplos de SCLs, escolhidas de forma não exaustiva**, já que não representam todas as frentes de atuação dos membros nem tampouco as experiências mais emblemáticas. Os cases foram selecionados a modo de exemplo já que, como mencionado acima, foram identificadas mais de 100 SCLs apoiadas e/ou desenvolvidas pelos associados que serão apresentadas numa etapa posterior, em que a Rede Comuá pretende reunir e consolidar uma base de dados.

¹⁶ Número estimado, considerando que nem todas as organizações indicaram o número de grupos e de pessoas diretamente apoiadas.

¹⁷ Como nota metodológica, informa-se que, das 106 SCLs, quatro soluções estavam com suas informações fora do ar no momento da análise. Portanto, elas foram excluídas das análises e os cálculos de porcentagem foram feitos com base em 102 soluções climáticas locais.

¹⁸ Todas as informações coletadas e apresentadas estavam disponíveis nos sites, blogs e redes sociais das organizações no momento de preparação desta material, e são facilmente acessíveis

5.1 Eixos de atuação das Soluções Climáticas Locais

A partir do levantamento realizado, é possível afirmar que as organizações da Rede Comuá respondem aos desafios climáticos atuais tanto através de ações de incidência como de apoio financeiro a organizações e grupos da sociedade civil, com destaque à defesa e ao incentivo à Conservação e Biodiversidade (20,6%) e à Adaptação e Resiliência Climática (19,6%). A terceira linha de soluções mais frequente refere-se ao apoio a projetos relacionados ao bem viver (18%), principalmente voltados a gênero, garantia dos direitos dos povos e comunidades tradicionais e pessoas LGBTQIAPN+. As iniciativas focadas no fortalecimento destes grupos, seu protagonismo e qualidade de vida também ocupam um lugar de relevância nas soluções mapeadas, assim como aquelas que permeiam a relação entre saúde, meio ambiente e clima.

Além disso, foram mapeadas soluções diretamente relacionadas à educação ambiental e climática; e com o incentivo ao uso sustentável e gestão dos recursos naturais, como a gestão de recursos hídricos e incentivo à eficiência energética (3,9%). A Tabela 2, a seguir, apresenta alguns exemplos.

Tabela 2. Exemplos de SCLs classificadas por eixos de atuação.

Eixo de atuação	Nome da organização	Exemplos
Conservação e biodiversidade	BrazilFoundation	Fundo Luz Alliance: Apoia ações socioambientais voltadas à regeneração dos biomas brasileiros. Os projetos apoiados visam a conservação da biodiversidade e a proteção dos ecossistemas naturais, espécies e nascentes, promovendo meios de vida mais sustentáveis.
	Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPAN)	Fundo Promoção de Paisagens Produtivas Ecosociais (PPP-ECOS): Atua no apoio a iniciativas com foco na conservação ambiental e pelo equilíbrio climático aliados ao uso sustentável da biodiversidade, ao fortalecimento da segurança alimentar, da geração de renda e da vida digna no campo por meio de diálogos e ações que assegurem o protagonismo comunitário e o enfrentamento das desigualdades sociais.
	Fundo Casa Socioambiental	Casa Rios e Oceanos: Apoia organizações que trabalham na preservação dos biomas costeiros, fortalecendo comunidades locais e associações de pescadores artesanais para garantir a conservação dos recursos naturais e o desenvolvimento sustentável.

Eixo de atuação	Nome da organização	Exemplos
Educação ambiental	Fundo Brasileiro de Educação Ambiental (FunBEA)	<p>Programa Clima: Por meio de campanhas territoriais, educação ambiental e climática e desenvolvimento de salvaguardas ambientais, o programa apoia municípios e coletivos da sociedade civil no desenvolvimento de estratégias e ações que fortalecem as comunidades para enfrentar a mudança do clima.</p> <p>MonitoraEA – Sistema Brasileiro de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas de Educação Ambiental: O MonitoraEA é um projeto da Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental (ANPPEA), apoiado pelo FunBEA, que também participa da secretaria executiva. A iniciativa é coordenada cientificamente pelo Laboratório de Estudos Avançados em Desenvolvimento e Inovação Sustentável (LADIS) e conta com a parceria do OCA – Laboratório de Educação e Política Ambiental da ESALQ/USP.</p>
	Redes da Maré	<p>Campanha Climão - precisamos falar sobre mudanças climáticas nas favelas: Livreto para sensibilizar a comunidade sobre os efeitos das mudanças climáticas dentro do território e conscientizar a população da Maré.</p>
Gestão sustentável de recursos naturais	FunBEA	<p>Programa Água: Envolve comunidades, organizações locais e gestores públicos brasileiros para uma ampla reflexão e melhoria da gestão de seus recursos hídricos. Além da preservação das nascentes e rios, o programa tem um forte olhar para o saneamento básico, um dos principais problemas de saúde e política pública no Brasil. A educação ambiental faz parte do dia a dia na proteção das águas.</p>
	Instituto Clima e Sociedade (ICS)	<p>Eixo de atuação com foco na transição energética, industrial e de transportes: Este eixo compreende a transição energética justa, com a eletrificação do transporte público e descarbonização do setor elétrico e da indústria para uma economia de baixo carbono. Nesse sentido, o foco de atuação é na área de incidência e no apoio a projetos nos temas de Energias Renováveis; Transição Justa no setor de petróleo e gás e da indústria.</p>
	Fundo Casa Socioambiental	<p>Edital Transição energética justa e fortalecimento da pesca artesanal (2024): Fortalece, através do apoio financeiro, organizações de comunidades de base na defesa de seus direitos e territórios frente à implantação de projetos de energia (petróleo, gás, hidrelétricas, linhas de transmissão, eólica, solar, nuclear).</p>

Eixo de atuação	Nome da organização	Exemplos
Gênero e LGBTQIAPN+	Fundo ELAS+ Doar para Transformar	Edital Mulheres em Movimento – Por Democracia, Justiça de Gênero e Climática (2024): Com o objetivo de mais uma vez fortalecer iniciativas das mulheres cis, trans e outras transidentidades, o ELAS+ lançou este edital em parceria com a ONU Mulheres, reforçando os pressupostos democráticos e de justiça social, e promovendo o enfrentamento às diversas formas de violências contra as mulheres
	Fundo Agbara	Atunlo Ife – Programa socioambiental para mulheres negras catadoras (2022): Oferece capacitação técnica e cidadã direcionada a mulheres negras trabalhadoras do ramo de reciclagem e manuseio de resíduos, organizadas em coletivos/cooperativas ou não, formalizadas ou não, do município de Campinas e Região Metropolitana de São Paulo.
	Fundo Casa Socioambiental	Edital Mulheres liderando a ação climática (2023): Teve a finalidade de apoiar o desenvolvimento e fortalecimento das capacidades dos grupos e movimentos de base liderados por mulheres, pessoas trans, intersexo e não-binárias para influenciar os principais espaços de tomada de decisão que defendem ecossistemas críticos, realizar ações urgentes para desinvestir nas indústrias de combustíveis fósseis e apoiar soluções climáticas inclusivas, sustentáveis e com enfoque de gênero justo.
Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais	Fundo Baobá para Equidade Racial	Edital Quilombolas Em Defesa - Vidas, Direitos e Justiça (2021): Apoiou iniciativas de organizações quilombolas para recuperação e sustentabilidade econômica; promoção da soberania e segurança alimentar; resiliência comunitária e defesa dos direitos das comunidades quilombolas. Este edital fez parte da Aliança entre Fundos, que reúne Fundo Casa Socioambiental, Fundo Baobá para Equidade Racial e Fundo Brasil.
	Fundo Brasil	<p>Edital Comunidades Tradicionais Lutando por Justiça Climática (2023): Vinculado ao Programa “Raízes – Fundo de Justiça Climática para Povos e Comunidades Tradicionais”, teve a finalidade de apoiar o fortalecimento dos modos de vida de comunidades tradicionais de todas as regiões do país, com foco em direito à terra e território, alternativas produtivas, formação e incidência.</p> <p>Campanha SOS Seca no Amazonas (2023): Mobilizou recursos para proteger os direitos humanos dos povos indígenas no período de seca histórica na região amazônica (2023), e contou com o apoio da Articulação das Organizações e Povos Indígenas do Amazonas (APIAM).</p>

Eixo de atuação	Nome da organização	Exemplos
Adaptação e resiliência climática	ICOM	Fundo Comunitário de Reconstrução (desde 2018): Fundo que responde a desastres naturais e calamidades públicas, por meio do apoio ao protagonismo comunitário e atuação em rede. Em 2018, o foco do Fundo foi apoiar as comunidades atingidas pelas chuvas em Santa Catarina, e tem atuado também na linha de apoio à reconstrução de Florianópolis após ciclone, e do Rio Grande do Sul após as enchentes.
	Fundo Casa Socioambiental	Edital Mulheres liderando a ação climática (2023): Teve a finalidade de apoiar o desenvolvimento e fortalecimento das capacidades dos grupos e movimentos de base liderados por mulheres, pessoas trans, intersexo e não-binárias para influenciar os principais espaços de tomada de decisão que defendem ecossistemas críticos, realizar ações urgentes para desinvestir nas indústrias de combustíveis fósseis e apoiar soluções climáticas inclusivas, sustentáveis e com enfoque de gênero justo.
	Associação Nossa Cidade	Fundo Regenerativo Brumadinho (2019): Viabiliza ações de regeneração nos municípios de Brumadinho e Paraopeba, a médio e longo prazos, de forma simples, desburocratizada e em sintonia com as necessidades da comunidade local.
Saúde, meio ambiente e clima	FunBEA	Programa Saúde Ambiental: Discute a questão da saúde a partir de temas ambientais urgentes, como as mudanças climáticas, o uso de agrotóxicos e poluição do ar e da água, que causam, entre muitos impactos, internações e óbitos relacionados a doenças respiratórias e cardíacas. Por meio das iniciativas “saneamento já” e “composta Boiçucanga”, busca conservar ecossistemas costeiros e combater os impactos silenciosos da ocupação humana nas zonas costeiras, mares e oceanos da Mata Atlântica brasileira, e popularizar a compostagem, evitando que resíduos orgânicos (sobras de alimento) sejam destinados aos aterros sanitários, respectivamente.
	Redes da Maré	Respira Maré: Produção de uma série de diagnósticos sobre a qualidade do ar, identificando ilhas de calor, observando os impactos na saúde dos moradores da Comunidade da Maré. A proposta é que, após analisar os dados, seja feita uma intervenção pedagógica de cunho ambiental no espaço público.

Fonte: Mapeamento de SCLs, abril/maio 2024

5.2 Público-alvo das Soluções Climáticas Locais

Além de atuar com temas-chave dentro da agenda climática, as SCLs apoiadas e/ou implementadas pelas organizações membro priorizam os grupos que estão em situação de vulnerabilidade socioambiental e climática, sendo eles: comunidades de base¹⁹ (29,4%); povos e comunidades tradicionais (27,5%), incluindo povos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais; mulheres e pessoas LBTQIAPN+ (6,9%); e crianças, adolescentes e jovens até 29 anos (4,9%).

Nesse sentido, é possível afirmar que as SCLs desenvolvidas e/ou apoiadas tendem a priorizar abordagens baseadas em direitos humanos a partir de uma perspectiva interseccional, considerando a equidade de gênero e raça como elementos transversais às linhas de atuação apoiadas. Essa perspectiva assegura que as iniciativas climáticas promovam justiça e igualdade, atendendo às necessidades específicas das comunidades mais vulneráveis.

Alguns exemplos são encontrados na Tabela 3 abaixo.

Tabela 3. Exemplos de SCLs por público-alvo

Público-alvo	Nome da organização	Exemplos
Crianças, adolescentes e juventudes	Fundo Casa Socioambiental	Edital Fortalecendo Juventudes no Enfrentamento ao Racismo Ambiental (2024): Apoio a iniciativas e projetos liderados por juventudes periféricas e de comunidades tradicionais.
	ICOM	Guia de Proteção de Crianças em Situações de Emergência (2023): Disponibiliza informações necessárias para atuação em conjunto com crianças em situações de emergência. Projeto Guardiões do Futuro: Série de formações <i>online</i> para líderes e profissionais de organizações da sociedade civil que atendem crianças e adolescentes, com objetivo de promover soluções para os problemas locais vinculados aos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

¹⁹ Grupos de pessoas que residem em uma área geográfica específica e compartilham interesses comuns, valores, necessidades ou desafios.

Público-alvo	Nome da organização	Exemplos
Mulheres e LGBTQIAPN+	Fundo Positivo	Programa Justiça Climática voltada a Mulheres Transexuais e Travestis (2023): Amplia o fortalecimento institucional das OSCs e apoia projetos com vistas a mitigar os impactos da mudança do clima nas populações trans e travestis. Dessa forma, são implementados projetos com foco no combate à insegurança alimentar, e apoiadas iniciativas de acesso a programas habitacionais do governo, produções de conhecimentos sobre justiça climática e outras atividades correlatas.
	Tabôa Fortalecimento Comunitário	Eixo de Atuação Comunitária de Gênero: Tem o objetivo de gerar relações comunitárias mais colaborativas e aprimorar suas capacidades, promovendo formações, trocas, vivências e fortalecimento da Rede de Mulheres do Território Litoral Sul da Bahia.
	Fundo Casa Socioambiental	Edital Fortalecendo Comunidades na busca por Direitos Socioambientais – Justiça Climática e de Gênero (2023): Apoio a projetos que ampliam a autonomia de organizações comunitárias, possibilitando que a comunidade seja protagonista em suas iniciativas socioambientais.
Povos e Comunidades Tradicionais	BrazilFoundation	Edital do Fundo Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (2023): Apoio a OSCs socioambientais brasileiras que atuam para o fortalecimento de povos originários e populações tradicionais e locais na busca por meios de vida sustentáveis. Busca estimular o desenvolvimento de novas práticas de economia regenerativa e/ou circular pelo protagonismo de grupos tradicionais e/ou comunitários nos seis biomas brasileiros.
	Fundo Brasil	Edital Fortalecendo Saberes e Fazeres da Agricultura Quilombola (2023): Apoio para o fortalecimento da agricultura familiar quilombola, promovendo sistemas produtivos sustentáveis que valorizam a sociobiodiversidade e o extrativismo. O foco é preservar os biomas brasileiros e aumentar a autonomia econômica dos territórios quilombolas, integrando conservação ambiental com desenvolvimento socioeconômico.
	Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPAN)	Programa Povos Indígenas: Atua com povos indígenas na busca pela construção de estratégias colaborativas para a sustentabilidade socioambiental de suas comunidades, bem como o fortalecimento de suas organizações sociopolíticas. Baseia-se na construção de uma agenda de articulações direcionada à aproximação com a sociedade civil, à defesa dos direitos indígenas e à incidência em políticas públicas, sobretudo aquelas vinculadas à gestão territorial e ambiental, com ênfase na implementação da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (PNGATI). O Programa atua com uma abrangência variável e em várias escalas, com ênfase no estado do Maranhão.

Público-alvo	Nome da organização	Exemplos
Comunidades de Base	Instituto Comunitário Baixada Maranhense	Editais Fortalecendo a Agricultura Familiar (2021): Tem a finalidade de apoiar o fortalecimento da produção agroecológica e cultural no município de Olinda Nova, no Maranhão.
	Tabôa Fortalecimento Comunitário	Programa de desenvolvimento de Organizações, Coletivos e Lideranças: Desenvolve capacidades institucionais para a autonomia das associações e coletivos. Com relação às lideranças, o objetivo é promover o desenvolvimento em habilidades interpessoais para atuarem e se posicionarem em grupo de forma construtiva, com conhecimentos de cidadania e direitos, além de competências técnicas que apoiem seus trabalhos.
	Instituto Procomum	Rede Comunitária pelo Clima (2024): Reúne pessoas e organizações comunitárias comprometidas com a agenda climática na Baixada Santista. O objetivo é mobilizar lideranças locais, membros de outras instituições e coletivos, além de profissionais, estudantes, artistas e ativistas para identificar problemas urgentes, mapear boas práticas e os principais <i>stakeholders</i> envolvidos na agenda local. Dessa forma, há uma expectativa de fortalecer a incidência na agenda climática.

Fonte: Mapeamento de SCLs, abril/maio 2024

Além das SCLs implementadas pelos membros da Rede Comuá, eles integram outros coletivos e alianças estratégicas. O Fundo Casa Socioambiental e o Fundo Elas+ Doar para Transformar integram a Global Alliance for Green and Gender Action²⁰, destacando o compromisso com as organizações de mulheres que atuam com temas de gênero no campo socioambiental.

Box 2. Engajamento e colaboração com alianças interseccionais e do Sul Global

The Global Alliance for Green and Gender Action (Aliança GAGGA) é uma rede internacional comprometida com a promoção da justiça climática e de gênero através do fortalecimento de movimentos locais e do apoio a soluções climáticas e sociais integradas. Com uma abordagem que combina financiamento, capacitação e *advocacy*, busca criar um impacto positivo e sustentável na luta contra a crise climática e as desigualdades de gênero.

²⁰ [Global Alliance for Green and Gender Action.](#)

5.3 Estratégias das Soluções Climáticas Locais

As estratégias contempladas para o desenvolvimento de SCLs são variadas, incluindo **apoio financeiro (*grantmaking*), produção de conhecimento e incidência** - seja junto a governos, políticas públicas e à sociedade civil, bem como na elaboração de campanhas visando mobilizar estes grupos.

As comunidades de base produzem conhecimentos locais e são detentoras de saberes ancestrais valiosos fundamentais para o desenvolvimento de soluções eficazes, sustentáveis e adaptáveis ao território. Ao mesmo tempo, produzir conhecimento - através de guias,

análises, relatórios e publicações - é fundamental para disseminar informações e práticas, fortalecendo capacidades de comunidades, governos, setor privado e organizações no processo de tomada de decisão. As estratégias de incidência junto a diferentes atores permitem construir alianças estratégicas e unir esforços de diversos setores, aumentando a eficácia e o alcance das ações climáticas. Na tabela a seguir são apresentadas algumas estratégias mapeadas.

Tabela 4. Exemplos de SCLs com base nas estratégias utilizadas

Público-alvo	Nome da organização	Exemplos
Apoio financeiro (<i>grantmaking</i>)	Fundo Brasil	Linha de Apoio sobre Direito a Cidades Justas e Sustentáveis (desde 2011): Teve a finalidade de apoiar organizações, grupos e coletivos que atuam na defesa do direito à cidade, em especial o direito à moradia digna, à mobilidade e ao acesso à infraestrutura, bem como o fortalecimento da função social e coletiva dos espaços públicos.
	ICOM	Fundo Usina (2018): Apoio a projetos ligados à causa ambiental, com foco em reciclagem e reaproveitamento de resíduos.
	Casa Fluminense	Fundo Casa Fluminense (2016): Fomenta a atuação de movimentos, coletivos e organizações comunitárias em ações de mobilização comunitária, de monitoramento cidadão, de defesa de direitos e na promoção de soluções locais para os desafios estruturais vivenciados pela população nas periferias da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Público-alvo	Nome da organização	Exemplos
Produção de conhecimento	ICOM	Guia para elaborar Planos de Contingência para Proteção de Crianças e Adolescentes em Situação de Emergência (2023): Disponibiliza informações necessárias para atuação em conjunto com crianças e adolescentes em situações de emergência.
	Casa Fluminense	Guia de Justiça Climática (2023): Sistematiza experiências de práticas, soluções e tecnologias sociais e ancestrais desenvolvidas em bairros, favelas e periferias. Além disso, contribui para que movimentos possam se engajar com a incidência socioambiental e climática e com o monitoramento de instrumentos de gestão, os quais são fundamentais para o enfrentamento ao racismo ambiental nos 22 municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.
	Redes da Maré	Análise de Riscos e Vulnerabilidades Climáticas do Conjunto de Favelas da Maré (2023): Compilado de estudos que apresentam os riscos do território frente a três fenômenos climáticos: ondas de calor, inundações fluviais e aumento do nível do mar.
	Fundo Brasil, Fundo Casa Socioambiental, Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), Instituto Clima e Sociedade (iCS)	<p>Publicações: Essas organizações produzem guias, relatórios, notícias e artigos sobre temas relacionados à agenda climática, bem como sobre a defesa de direitos humanos e socioambientais.</p> <ul style="list-style-type: none"> • O Fundo Casa Socioambiental, em parceria com a Embaixada da França no Brasil, lançou a publicação “Direitos humanos e defesa do ambiente: relações de gênero, cumprimento do Acordo de Escazú e oportunidades para filantropia”. • O iCS promoveu um diálogo e elaborou um relatório para avaliar o progresso do financiamento climático e discutir desafios e soluções inovadoras para o seu aprimoramento no Brasil, do âmbito do G20 até a COP30. • O ISPN lançou a cartilha “Alimentação escolar e Povos e Comunidades Tradicionais” para evidenciar a importância em se adequar as normas sanitárias às realidades de indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais.

Público-alvo	Nome da organização	Exemplos
Incidência	Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPAN)	Eixo de Políticas Públicas: Fortalece a atuação política junto à sociedade civil e esferas de governo em prol da conservação da biodiversidade, da inclusão produtiva de comunidades rurais e da proteção de seus territórios, bem como no combate ao desmatamento.
	ICOM	Estratégia ESG: Parte do princípio de que as empresas estão em diferentes estágios evolutivos e níveis de maturidade no tema sustentabilidade, e por essa razão oferece um quadro com uma lista de possibilidades de posicionamento que podem aderir frente ao tema da sustentabilidade.
	Casa Fluminense	Painel do Legislativo (2015-2017): É uma plataforma que reúne a produção legislativa da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), no período 2015 a 2017, e classifica os projetos de acordo com os pilares da Agenda Rio (documento que sistematiza propostas de políticas públicas justas para a cidade) e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Fonte: Mapeamento de SCLs, abril/maio 2024

6.

Principais destaques sobre a atuação dos membros da Rede Comuá na agenda climática

Diante dos principais resultados obtidos a partir da análise da atuação dos membros da Rede Comuá e do mapeamento de Soluções Climáticas Locais, podem ser destacadas as seguintes tendências:

1. **A atuação dos membros da Rede Comuá é heterogênea e diversa, mas existe um esforço comum para o desenvolvimento e apoio de iniciativas na agenda climática.** Embora cada membro tenha missões e objetivos distintos, o diagnóstico revela que as organizações que integram a Rede vêm desempenhando um papel ativo na agenda de justiça climática, valorizando as iniciativas lideradas pelas próprias comunidades locais.
2. **Os membros da Comuá apresentam diferentes níveis de atuação** na agenda climática e, nesse cenário, o desenvolvimento de uma estratégia de incidência voltada a promover a troca de experiências e o compartilhamento de estratégias, aprendizados e ações coletivas integradas em prol da justiça climática se torna uma frente prioritária.
3. **Os membros da Rede entendem a necessidade de mobilizar mais recursos para a agenda climática.** Os recursos investidos em justiça climática entre 2022 e 2023 aumentaram, o que consequentemente contribui para um maior número de SCLs implementadas, que poderiam ser aprimoradas e apoiadas em maior escala, e replicadas em outros territórios, levando em conta suas especificidades e contando com a participação ativa das comunidades.
4. **Os membros da Rede destacam-se pelo financiamento de iniciativas e organizações locais e pelo apoio à produção de conhecimento sobre mudança do clima e seus impactos nos territórios.** Isso demonstra o seu compromisso em democratizar tanto o acesso a recursos e à informação, quanto fomentar estratégias de sensibilização de grupos em situação de vulnerabilidade sobre justiça climática.
5. **As Soluções Climáticas Locais apoiadas e/ou implementadas pelos membros estão guiadas por princípios de transversalidade e interseccionalidade** entre múltiplos temas e atores, indicando que o apoio e/ou a implementação de uma única solução pode enfrentar simultaneamente dois ou mais desafios sociais e ambientais. Além disso, questões de gênero, raça e classe indicam a presença de uma abordagem interseccional e, portanto, uma maior abrangência na atuação ao enfrentar questões complexas de maneira integrada e holística.
6. As SCLs **priorizam comunidades de base, periferias e comunidades tradicionais**, o que reforça o compromisso das organizações membro na inclusão de grupos políticos minorizados, que estão em situação de vulnerabilidade social e climática, e que têm menos capacidade para se adaptar aos fenômenos extremos. Certamente, essa atuação contribui para aumentar a capacidade de resiliência destes grupos.
7. **Os membros da Rede desempenham um papel crucial na incidência sobre outros atores em questões climáticas**, atuando como influenciadores em prol

da elaboração de diretrizes e práticas que abordam os desafios climáticos de forma inclusiva, a partir da base, ao mesmo tempo em que dialogam com outros membros da sociedade civil, da filantropia e do setor privado, entre outros, fortalecendo a mobilização de múltiplos atores com papéis e responsabilidades distintas e complementares no enfrentamento à mudança do clima.

8. **As organizações membro da Comuá atuam na intersecção entre clima e direitos humanos**, levando em conta o envolvimento de um conjunto diverso de pessoas, atores, contextos geográficos e biomas, criando um ambiente onde diversas vozes são ouvidas, as demandas consideradas, resultando em soluções mais inclusivas, legítimas e duradouras.
9. **Os membros da Rede exercem um papel importante no fortalecimento de capacidades e em ações de incidência (advocacy)**. Isso envolve a participação e **influência** em mecanismos de controle social (tais como assembleias, audiências públicas, etc.), contribuindo para maior diversidade e inclusão no planejamento e na implementação de políticas climáticas alinhadas com objetivos de redução de desigualdades.
10. **Os membros podem contribuir com o processo de reestruturação de fundos climáticos** já existentes e estruturação de novas iniciativas de financiamento climático. As organizações da Rede têm uma ampla experiência e conhecimento sobre o funcionamento de fundos locais e do campo da filantropia de justiça socioambiental, contribuindo de maneira efetiva para a ampliação e aplicação de recursos destinados à mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas, à compensação por perdas e danos causados por impactos dessas mudanças e de eventos extremos.
11. **A atuação dos membros da Iniciativa Comuá pelo Clima tem o potencial de fortalecer organizações lideradas por povos indígenas, comunidades tradicionais e locais e de periferia urbana**, a fim de que esses grupos possam ter maior representatividade em debates políticos e processos de tomada de decisão sobre financiamento climático, principalmente no que diz respeito à defesa de seus direitos e territórios.

7.

Desafios do Financiamento Climático global

Os rumos do financiamento climático precisam mudar radicalmente e rapidamente. Atualmente, fundações do Norte Global controlam 99% do financiamento global para direitos humanos, destinando 88% desse financiamento para organizações também baseadas no Norte Global. Apenas 12% dos recursos são direcionados para grupos no Sul e Leste Globais²¹, revelando duas tendências preocupantes: i) organizações no Sul e Leste Globais têm menos acesso a financiamento; e ii) uma parte significativa do financiamento destinado ao Sul e Leste Globais é indireta, fornecida através de organizações predominantemente baseadas no Norte Global.

Apesar da concentração de financiamento em países ricos, aproximadamente 70% dos recursos mobilizados por organizações da filantropia local e independente no Brasil são oriundos de fundações internacionais²². A existência de uma cultura de doação de baixa intensidade de filantropia nacional faz com que organizações fiquem mais dependentes de financiamento externo. Essa situação é agravada por algumas limitações, como processos burocráticos complexos, dificuldades de acesso à informação e barreiras linguísticas, criando obstáculos para o financiamento direto e flexível.

A democratização do acesso a recursos é uma questão central para os membros da Rede Comuá no contexto da **Iniciativa Comuá pelo Clima**. Isso porque a luta por um sistema de financiamento mais equitativo e que facilite o acesso a recursos para atores da sociedade civil é, antes de tudo, uma questão de **justiça socioambiental e climática e de reparação**

de danos históricos. Um novo modelo de filantropia, conectado com as pessoas e os territórios e baseado na inclusão de atores locais, deve incluir a revisão de práticas de doação, orientadas pela democratização do acesso a recursos, a instalação de relações de confiança, a simplificação de processos de prestação de contas e o reconhecimento das organizações e movimentos da sociedade civil como protagonistas das transformações sociais²³.

A descolonização da filantropia²⁴ é um princípio essencial para alcançar uma transformação radical nas visões e práticas da filantropia que devem estar sustentadas em abordagens que superem as desigualdades regionais, fortalecendo novas alianças entre territórios, comunidades e múltiplos atores. Um dos caminhos para descentralizar a filantropia climática é aumentar o engajamento dos países e das regiões para além do Norte Global. No Brasil, organizações do setor têm se mostrado comprometidas com essa mudança. O lançamento do **Compromisso Brasileiro da Filantropia sobre Mudanças Climáticas**, em 2023²⁵, (assinado por alguns membros da Rede Comuá), bem como a realização do primeiro **Fórum Brasileiro de Finanças Climáticas**, em 2024²⁶, são exemplos recentes e emblemáticos do crescente engajamento no setor, e servem como plataformas de ação conjunta, aprendizado e coordenação de esforços da filantropia brasileira na agenda climática.

A mobilização de parceiros no Sul Global também é importante para **diversificar as fontes de financiamento e aumentar a resiliência das**

²¹ [The Trust Gap Report, 2023.](#)

²² [Rede Comuá: Filantropia que transforma, 2023. Mapeamento de organizações independentes doadoras para sociedade civil nas áreas de justiça socioambiental e desenvolvimento comunitário no Brasil](#)

²³ [A escassez de financiamento direto e flexível para direitos humanos no Sul e Leste globais: reflexões sobre o cenário brasileiro - Comuá](#)

²⁴ [Para um aprofundamento sobre a descolonização da filantropia, ver: A descolonização da filantropia está avançando.](#)

organizações locais considerando a existência de demandas comuns e do compartilhamento de conhecimentos, estratégias, práticas e experiências. Isso reforça o posicionamento do Sul Global como protagonista nas negociações sobre financiamento climático, permitindo criar uma frente unida que possa pressionar por políticas mais equitativas.

A Alianza Fondos Del Sur²⁷ é um exemplo emblemático por ser uma rede de fundos socioambientais do Sul Global que busca amplificar vozes e coordenar esforços em causas locais com impacto global, como a proteção da Amazônia, soberania alimentar e o papel das mulheres nas mudanças climáticas. A Alianza busca influenciar a filantropia global, promovendo a justiça socioambiental e um novo modelo de atuação, fortalecendo a agenda de financiamento para questões regionais. Reúne 14 membros, incluindo fundos de diversos países do Sul Global, dentre os quais alguns que compõem também a Rede Comuá.

A Iniciativa Comuá pelo Clima procura promover uma filantropia baseada na confiança²⁸. Um modelo de filantropia que visa reduzir a burocracia e oferecer flexibilidade para que organizações locais sejam mais ágeis na resolução de problemas, envolvendo diretamente as comunidades em processos de tomada de decisão sobre ações e alocação de recursos. Através de estratégias colaborativas de *grantmaking*, a iniciativa assegura que as necessidades locais sejam atendidas de forma justa e sustentável, construindo relações respeitadas de parceria com as pessoas em seus territórios²⁹, fortalecendo a atuação de fundos para fornecer apoio rápido e flexível a movimentos sociais e ativistas, e aumentando a capacidade de ação e resistência de grupos de base do Sul Global.

²⁵ [Compromisso Brasileiro da Filantropia sobre Mudanças Climáticas - GIFE.](#)

²⁶ [Forum Brasileiro de Mudanças Climáticas](#)

²⁷ [Alianza Fondos del Sur](#)

²⁸ [Trust-Based Philanthropy](#)

²⁹ [Repensar o financiamento não competitivo num contexto de colaboração comunitária](#)



8.

Cenários de financiamento na área de clima e posicionamento dos membros da Rede Comuá nessa agenda

O apoio de atores do financiamento e da filantropia climática, tanto internacionais quanto nacionais, abrange uma gama diversificada de temas, que refletem a complexidade dos desafios socioambientais e climáticos atuais. Apesar dos entraves enfrentados na mobilização e repasse de recursos, alguns temas têm sido amplamente debatidos e/ou priorizados em termos de financiamento. O quadro abaixo apresenta alguns temas destacados como grandes tendências de financiamento – sejam privados ou públicos. Os temas incluem: i) promoção de energias renováveis, ii) apoio a povos e comunidades tradicionais, iii) adaptação, perdas e danos e redução de riscos e desastres, iv) estratégias de financiamento e mobilização de recursos, v) conservação e biodiversidade.

Tabela 5. Análise de tendências do financiamento climático e como os membros da Rede atuam no tema

Tema	Contexto	Posicionamento das organizações membro da Rede Comuá nessa agenda
Energias Renováveis	<p>O investimento em energias renováveis é um tema central na pauta climática. No entanto, essa agenda possui nuances distintas para o Norte e Sul Global. Isso porque nos países desenvolvidos, a maior parte das emissões de gases de efeito estufa (GEEs) são provenientes dos setores de energia e transporte. Por conta disso, boa parte do financiamento é destinado para este setor.³⁰</p> <p>No entanto, essa é uma tendência que não se aplica totalmente à realidade brasileira, visto que os setores com maior emissão de GEEs são a mudança de uso da terra e floresta, e agropecuária³¹, e que boa parte da geração de energia é proveniente de fontes renováveis.³²</p> <p>Nesse sentido, a discussão sobre energia em um contexto de mudanças climáticas no Brasil deve estar bem mais relacionada à oportunidade de garantir uma transição energética justa e inclusiva, reduzindo a dependência de combustíveis fósseis, mas também do modelo de grandes hidrelétricas, considerando seus impactos socioambientais e o risco de escassez e contaminação da água. Além disso, o aumento da geração de energia eólica e solar descentralizada também deve assegurar a proteção das comunidades e dos ecossistemas afetados, de acordo com estratégias de mitigação de riscos e o estabelecimento de salvaguardas socioambientais.³³</p> <p>Assim, a filantropia climática tem um importante papel a desempenhar no apoio a comunidades na garantia dos seus direitos, de modo que os impactos sociais e ambientais sejam reduzidos durante a instalação e expansão de empreendimentos de energias no Brasil, e de que as comunidades também possam ser beneficiadas com esses empreendimentos, seja no acesso à segurança energética, como na geração de emprego e renda</p>	<p>Alguns membros da Rede já estão engajados diretamente com este tema, buscando apoiar e implementar iniciativas para promover uma transição energética justa e sustentável, que visa a construção de uma economia de baixo carbono, focando também na defesa de direitos das comunidades locais e tradicionais diante de grandes empreendimentos.</p> <p>Organizações membros da Comuá desenvolvem e apoiam projetos que incentivam a adoção de tecnologias limpas e a redução da dependência de combustíveis fósseis, bem como fortalecem as comunidades e incentivam a descentralização da produção da energia. Por fim, também têm produzido relatórios, guias e artigos sobre uma ampla gama de temas relacionados às políticas climáticas e energéticas, com o objetivo de informar, engajar e influenciar políticas públicas e a sociedade em geral em temas como eficiência energética, transporte sustentável e economia de baixo carbono.</p>

Tema	Contexto	Posicionamento das organizações membro da Rede Comuá nessa agenda
<p>Povos Indígenas, Comunidades Locais e Tradicionais e afrodescendentes</p>	<p>O financiamento climático global para os Povos Indígenas, Comunidades Locais e Povos Afrodescendentes para a posse e a tutela das florestas foi em média de 517 milhões de dólares por ano entre 2020 e 2023, um aumento de 36% em relação aos quatro anos anteriores³⁴. Esses valores estão muito aquém da contribuição de conservação e manutenção do clima protagonizada por Povos indígenas, comunidades locais, tradicionais e afrodescendentes.</p> <p>Em termos de acesso a financiamento, os recursos são principalmente canalizados por instituições multilaterais, grandes ONGs internacionais e nacionais e agências da ONU. Menos de 1% do financiamento chega de fato a esses grupos para garantir direitos de posse e administrar florestas em países tropicais. Dos fundos alocados nos últimos 10 anos para apoiar esses direitos, apenas 17% incluíram ao menos uma organização local, representando 0,13% de todo o financiamento climático.³⁵</p> <p>Algumas iniciativas têm tentado avançar em modelos de parceria menos burocráticos para fazer com que os recursos cheguem às comunidades. Um exemplo é o Forest Tenure Funders Group (FTFG)³⁶, criado em 2020 para fortalecer o financiamento climático global para direitos territoriais de povos indígenas, comunidades locais e afrodescendentes. O apoio a esse tema foi em média de US\$ 517 milhões por ano entre 2020 e 2023, um aumento de 36% em relação aos quatro anos anteriores. Cerca de 72% do aumento foi impulsionado pelo FTFG. A proporção do financiamento total proveniente de fundações privadas aumentou de 8% para 17%, embora a maior parte do financiamento para os Povos Indígenas, Comunidades Locais e Povos Afrodescendentes ainda seja impulsionada por fontes bilaterais e multilaterais.</p> <p>Apesar de um aumento geral no financiamento, não há evidências que indiquem uma mudança sistêmica nas modalidades de financiamento ou um financiamento mais direto dos doadores para organizações lideradas por esses grupos. Além disso, a iniciativa é liderada exclusivamente por atores do Norte Global. Um processo abrangente de engajamento com atores do Sul Global é essencial para ganhar escala e garantir maior legitimidade e eficácia às intervenções.</p>	<p>Os membros da Rede têm um histórico de apoio e valorização da cultura, dos modos de vida e dos projetos socioambientais liderados por povos indígenas, comunidades tradicionais, afrodescendentes e locais. Suas ações incluem o fortalecimento de estratégias de conservação e a defesa dos territórios desses povos, promovendo a preservação de seus saberes ancestrais e oferecendo suporte institucional aos grupos de base. Além disso, os membros da Rede Comuá possuem experiência na implementação de mecanismos de financiamento acessíveis e alinhados às prioridades locais, visando garantir que os investimentos sejam eficazes e justos, além de um legado de apoio ao fortalecimento comunitário e organizacional de instituições lideradas por esses grupos.</p>

Tema	Contexto	Posicionamento das organizações membro da Rede Comuá nessa agenda
<p>Adaptação, Perdas & Danos, Redução de Riscos e Desastres</p>	<p>O Sexto Relatório de Avaliação do IPCC (focado em Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade) prevê que os países terão perdas e danos irreversíveis, especialmente no que se refere a ecossistemas e pessoas em maior situação de vulnerabilidade³⁷. Assim, é importante prevenir, adaptar e reduzir os riscos relacionados às mudanças climáticas. As ações para estes temas envolvem financiamento, formulação de políticas públicas e capacidade de resposta a desastres. Os custos de adaptação em países em desenvolvimento giram em torno de US\$215 bilhões por ano. No entanto, os fluxos financeiros atuais cobrem apenas 10% desses custos, criando uma grande lacuna financeira que põe em risco a capacidade dos países em desenvolvimento e do Sul Global de se adaptar e responder aos desastres.³⁸</p> <p>Nesse sentido, 21 grandes financiadores filantrópicos assinaram um apelo à ação estabelecendo compromissos mais fortes para financiar a resiliência e a adaptação climática³⁹. Juntas, as organizações se comprometeram a aumentar o aprendizado compartilhado e desenvolver estratégias coordenadas para reduzir a vulnerabilidade climática, incluindo: aumentar o aprendizado, a coordenação, o investimento e o impacto geral na adaptação; desenvolver estratégias coordenadas para dimensionar e melhorar a ação filantrópica, priorizando os grupos mais impactados; interagir com outros atores além da filantropia, como governos, instituições financeiras e etc. para criar ações escaláveis e com maior impacto.</p> <p>Além da mobilização financeira, existe também a necessidade de aumentar a coordenação e colaboração entre os atores que trabalham na ajuda humanitária como resposta a desastres e na adaptação às mudanças climáticas. Isso ajudará a maximizar sinergias possíveis, minimizar ações duplicadas e utilizar o financiamento limitado de maneira eficiente e eficaz.⁴⁰</p>	<p>Membros da Rede têm se empenhado em criar e fortalecer estratégias que ampliam a resiliência das comunidades frente às mudanças climáticas. Suas iniciativas incluem o fortalecimento das capacidades de organizações que estão na linha de frente do enfrentamento das mudanças climáticas, apoiando projetos que abordam temas cruciais como racismo ambiental, direito à cidade e as formas pelas quais os grupos mais impactados podem se adaptar à nova realidade climática. Além disso, os membros se destacam pela sua capacidade de resposta rápida a desastres, por meio da criação de fundos e campanhas de mobilização para arrecadação de recursos destinados às comunidades afetadas por desastres, tais como o Fundo de apoio a pessoas afetadas pelo crime ambiental de Brumadinho, e apoio às vítimas das enchentes do Rio Grande do Sul. Essas ações visam não apenas a ampliação da ajuda humanitária imediata, mas também o suporte à reconstrução dos territórios atingidos, promovendo a recuperação e a construção de uma maior resiliência para o futuro.</p> <p>Considerando que 93% dos municípios do país já lidaram com eventos extremos na última década, e que desde 1991, 203 milhões de pessoas foram afetadas direta ou indiretamente pelas mudanças climáticas⁴¹, os membros da Rede Comuá estão estrategicamente bem posicionados para contribuir com estratégias de adaptação às comunidades, reduzindo perdas e danos econômicos e não econômicos, e com a prevenção de riscos e desastres, com foco em indivíduos em maior situação de vulnerabilidade socioambiental e climática.</p>

Tema	Contexto	Posicionamento das organizações membro da Rede Comuá nessa agenda
<p>Estratégias coletivas de financiamento e mobilização de recursos</p>	<p>Pesquisas apontam que o financiamento climático está aumentando. No entanto, esse crescimento não é suficiente nem consistente entre setores e regiões, já que existe uma desigualdade na forma como o dinheiro é distribuído entre os países⁴². O Sul Global é desfavorecido no acesso a financiamento e encontra barreiras para ampliar a captação de recursos, em maior parte concentrados no Norte Global. Assim, a inovação nas estratégias de financiamento e mobilização de recursos é vital para a eficácia da filantropia. Muitas organizações têm se articulado para atuar em conjunto por meio de fundos locais, redes nacionais e movimentos internacionais, visando otimizar os esforços da captação de recursos e ampliar o impacto do recurso direcionado.</p> <p>Exemplos de estratégias coletivas incluem redes regionais de fundos, como a Rede de Fundos Comunitários da Amazônia⁴³ (formada por Fundo Dema, Podáali, Fundo Indígena do Rio Negro - FIRN, Fundo Luzia Dorothy do Espírito Santo, Fundo Mizzi Dudu, Fundo Puxirum e Fundo Babaçu), iniciativas globais, como os movimentos Philanthropy For Climate⁴⁴ e #ShiftThePower⁴⁵, e a Alianza Fondos Del Sur⁴⁶, que reúne fundos locais e ativistas de justiça socioambiental em apoio a iniciativas de organizações comunitárias do Sul Global. Essas redes, alianças e movimentos visam colaborar não somente em estratégias de mobilização de recursos, mas também em troca de conhecimento e transformação das práticas de filantropia e de desenvolvimento. No entanto, há necessidade de maior articulação estratégica dessas redes com organizações do Norte Global, a fim de alcançar seus objetivos de aumentar a capacidade de incidência e acesso a recursos.</p>	<p>Os membros da Rede Comuá são atores fundamentais da filantropia comunitária com foco no clima, tendo como principal objetivo o repasse de recursos para organizações locais. Isso promove a desburocratização e a flexibilização do uso dos investimentos para que essas organizações possam responder de maneira mais eficaz às suas próprias necessidades e contextos específicos.</p> <p>Além disso, estão engajados em um movimento mais amplo por decolonialidade no financiamento climático, colaborando com parceiros em todo o Brasil para reimaginar e reformular práticas de financiamento que sejam mais justas e inclusivas.</p> <p>Membros da Rede Comuá integram parte das diversas iniciativas citadas, mas o engajamento pode ser ampliado, não somente com iniciativas do Sul Global, mas principalmente ampliando a articulação e influência em fóruns da filantropia global, contribuindo para a transformação de narrativas e práticas existentes.</p>

³⁰ [Global Landscape of Climate Finance 2023](#)

³¹ [Plataforma SEEG](#)

³² [Matriz elétrica brasileira alcança 200 GW](#)

³³ https://climainfo.org.br/wp-content/uploads/2024/02/Salvuardas_FEV02_CLIMAINFO.pdf

³⁴ [State of Funding for Tenure Rights and Forest Guardianship](#)

³⁵ [Longe da meta: Financiamento para Povos Indígenas e Comunidades Locais na sua luta para garantir os direitos territoriais e de gestão dos seus territórios em países tropicais \(2011–2020\)](#)

³⁶ [State of Funding for Tenure Rights and Forest Guardianship](#)

³⁷ [AR6 Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability — IPCC](#)

³⁸ [Adaptation Gap Report 2023 | UNEP - UN Environment Programme](#)

³⁹ [Coalition of twenty-one leading funders release Call to Action to accelerate action on climate adaptation at COP28 and beyond - ClimateWorks Foundation](#)

⁴⁰ [State and Trends in Climate Adaptation Finance 2023 - CPI](#)

⁴¹ [Instituto Clima e Sociedade, 2024. Country Snapshot: Brazil and Adaptation.](#)

Tema	Contexto	Posicionamento das organizações membro da Rede Comuá nessa agenda
<p>Conservação e biodiversidade</p>	<p>Estratégias de conservação e biodiversidade estão sempre presentes no debate climático em todo o mundo. Um notável esforço global recente no tema é a criação do Global Biodiversity Framework Fund (GBFF)⁴⁷, estabelecido em resposta às decisões da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP15).</p> <p>O GBFF, em 2024, aprovou uma nova rodada de recursos para preparação de projetos e reservou mais de US\$70 milhões para 18 novos projetos em 21 países, incluindo 13 países menos desenvolvidos e pequenos estados insulares em desenvolvimento. Apesar do foco em temas estratégicos para o Brasil, apenas uma organização brasileira foi contemplada com recursos⁴⁸.</p> <p>O apoio a projetos de Soluções baseadas na Natureza, bioeconomia, sistemas agroflorestais pode incentivar uma mudança no manejo e no uso de recursos naturais, colaborando na redução de emissões e tornando as sociedades mais resilientes à mudança do clima. Há uma grande oportunidade de fortalecer uma abordagem centrada nas pessoas responsáveis pelo cuidado desses territórios, focando em co-benefícios socioambientais e climáticos.</p>	<p>Conservação e biodiversidade são temas centrais da atuação de membros da Rede Comuá. Isso é potencializado levando em conta que os fundos atuam em todos os biomas do Brasil e têm uma vasta <i>expertise</i> em áreas como restauração, sistemas agroflorestais, bioeconomia e educação ambiental.</p> <p>Os membros estão bem-posicionados em suas estratégias de apoiar comunidades de base por meio da agricultura familiar e da agroecologia, usando essas práticas como ferramentas para promover o uso sustentável da terra, gerar renda para os envolvidos e garantir a segurança alimentar das comunidades.</p>

⁴² [Global Landscape of Climate Finance 2023](#)

⁴³ [Rede de Fundos Comunitários Amazônicos realiza IV encontro em Manaus – Podáli](#)

⁴⁴ [About Us - The International Philanthropy Commitment on Climate Change](#)

⁴⁵ [Shift the Power](#)

⁴⁶ [Alianza Fondos del Sur](#)

⁴⁷ [Global Biodiversity Framework Fund | GEF 46 Alianza Fondos del Sur](#)

⁴⁸ [Biodiversity fund approves 18 new project preparation grants | GEF](#)

9.

Fortalezas, Oportunidades e desafios da Iniciativa Comuá pelo Clima

Com base no mapeamento e contribuições dos membros da Rede Comuá⁴⁹, foram elencadas **fortalezas**, oportunidades, e desafios da **Iniciativa Comuá pelo Clima**. Esta análise permite uma visão holística dos fatores que influenciam a capacidade da Rede e seus membros de alcançar seus objetivos estratégicos na agenda climática.

Tabela 6. Forças, oportunidades e desafios da Iniciativa Comuá pelo Clima

Forças	<ol style="list-style-type: none">1. A Rede Comuá:<ol style="list-style-type: none">a. Tem uma visão abrangente do campo da filantropia, do nível de maturidade e da atuação climática de cada organização membro e das possibilidades de atuação coletiva.b. Tem a capacidade de atuar com advocacy climático alinhado à pauta de redução de desigualdades e acesso a direitos.c. É um ator político com um posicionamento estratégico na filantropia brasileira e no Sul Global, que pode ser ampliado a partir do engajamento estratégico dos seus membros e parceiros.2. Os membros da Rede:<ol style="list-style-type: none">a. Trabalham com temas comuns que fortalecem o sentido de unidade da Rede.b. Atuam em diferentes biomas e territórios, permitindo uma alta capilaridade e alcance de comunidades e ecossistemas.c. Desenvolvem e apoiam iniciativas desde uma perspectiva interseccional e transversal, envolvendo diferentes públicos-alvo, abordagens multissetoriais, e que levam em conta critérios de gênero, raça, classe, território, idade, etc.d. Vêm aumentando as doações e a mobilização de recursos para a agenda climática.e. Têm uma atuação significativa na produção de conhecimento e disseminação de informações sobre a agenda climática e pautas sociais.f. Atuam em temas que já são tendências no debate climático e na filantropia.g. Têm a capacidade de responder aos desafios urgentes impostos pela mudança climática, como rápida e eficiente resposta a desastres.
---------------	---

⁴⁹ Em 28 de maio de 2024, os membros da Rede Comuá participaram de uma reunião online, na qual puderam contribuir com este trabalho.

Desafios

1. Burocracia no acesso a grandes fontes de financiamento.
2. Risco de que a filantropia continue a ser orientada por agendas e prioridades das grandes fundações do Norte Global, perpetuando desigualdades estruturais no acesso e na distribuição de recursos entre países e regiões.
3. Mudanças nas estratégias e prioridades de financiadores que podem afetar a disponibilidade de recursos para agendas prioritárias dos membros da Rede Comuá.
4. Eventos climáticos e desafios adicionais e imprevisíveis impostos pelas mudanças climáticas.
5. Alta competição por recursos limitados da filantropia.
6. Instabilidade política e econômica no Brasil, incluindo risco de aumento do negacionismo climático e desmantelamento de políticas socioambientais e climáticas, que podem aumentar a vulnerabilidade das comunidades de base.
7. Dificuldade de inclusão de atores do Sul Global como parceiros estratégicos devido a políticas globais excludentes.
8. Avanço de pautas conservadoras, criando dinâmicas regressivas na agenda de direitos
9. Filantropia local pouco doadora para a sociedade civil, especificamente para agendas de justiça socioambiental e direitos humanos.

Oportunidades

1. Fortalecer e desenvolver competências para ampliar o conhecimento e possibilidades de atuação na agenda climática.
2. Comunicar e disseminar informações sobre a atuação dos membros e da Iniciativa Comuá pelo Clima.
3. Buscar colaboração e parcerias para somar esforços com outras redes e organizações da sociedade civil, academia e setor privado.
4. Fortalecer as ações de incidência estratégica em eventos e fóruns de relevância.
5. Desenvolvimento conjunto/coletivo de estratégias de comunicação e mobilização de recursos para a Iniciativa Comuá pelo Clima,
6. Desenvolvimento de um sistema de Monitoramento, Avaliação e Aprendizado, com indicadores de impacto, e que seja capaz de contribuir com a produção de evidências que fortaleçam a legitimidade para influenciar os debates desde o nível local ao internacional.
7. Consolidar a agenda temática e de atuação da Iniciativa Comuá pelo Clima.
8. Fazer incidência com financiadores brasileiros e do Sul Global, bem como mobilizar atores estratégicos e relevantes para apoiar a iniciativa e a agenda de filantropia climática global, ampliando as vozes e a influência desses atores.
9. Potencializar o apoio a Povos Indígenas, Comunidades Tradicionais e pessoas em situação de vulnerabilidade priorizadas nas Soluções Climáticas Locais.
10. Fortalecer capacidades dos membros para que possam ampliar sua atuação, em linha com os objetivos da Iniciativa Comuá pelo Clima.

10.

Mapeamento de oportunidades de financiamento climático e de espaços de incidência

Levando em conta a atuação das organizações membro e a potência da **Iniciativa Comuá pelo Clima**, partimos do princípio de que existem grandes oportunidades na ampliação de parceiros e financiadores, principalmente daqueles que procuram fortalecer uma agenda climática mais inclusiva. Apresentamos, abaixo, uma tabela que mapeia alguns dos principais fundos e financiadores que apoiam a implementação da agenda climática no Brasil e em nível global. Esta lista não busca ser exaustiva⁵⁰, mas visa fornecer uma visão abrangente sobre as oportunidades de financiamento disponíveis, a fim de auxiliar na identificação de potenciais parceiros e na elaboração de estratégias eficazes de incidência e captação de recursos.

Tabela 7. Mapeamento de fundos de financiamento climático

Nome	Descrição
Fundo para o Meio Ambiente Global (GEF)	Organização multilateral de fundos dedicados a enfrentar a perda de biodiversidade, mudanças climáticas e poluição, e apoiar a saúde da terra e do oceano. Seu financiamento permite que os países em desenvolvimento abordem desafios complexos e trabalhem em direção a metas ambientais internacionais.
Fundo Verde para o Clima (Green Climate Fund – GCF)	Iniciativa global única criada em 2010 por países integrantes da Convenção Quadro das Nações Unidas para responder às mudanças climáticas, investindo em desenvolvimento de baixo carbono e resiliência climática.
Fundo de Adaptação	Fundo Internacional que financia projetos e programas destinados a ajudar os países em desenvolvimento a se adaptarem aos efeitos nocivos das mudanças climáticas. Atualmente, não existe nenhuma organização brasileira acreditada junto ao Fundo de Adaptação.
Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA)	As atividades relativas a este fundo competem ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) e têm a missão de contribuir como agente financiador para a implantação da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA).
Fundo Nacional de Mudança do Clima (Fundo Clima)	O Fundo é um dos instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima. Vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, tem a finalidade de garantir recursos para projetos, estudos ou empreendimentos que tenham como objetivo a mitigação e adaptação das mudanças climáticas.
Fundo Amazônia	Principal mecanismo de financiamento climático do Brasil. Constitui-se em financiamento não-reembolsável para ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas da Amazônia Legal. O Fundo conta com um portfólio de 102 projetos apoiados, beneficiando estados, municípios, organizações do terceiro setor, universidades, União e comunidade internacional.
Fundo de Perdas e Danos	Em 2023, na COP28, foi aprovado um fundo específico para Perdas e Danos. Em julho de 2024, o Conselho do Fundo se reuniu na Coreia do Sul e escolheu as Filipinas como país anfitrião, tendo nomeado o mecanismo como “Fundo para Responder a Perdas e Danos” (FLD), e o Banco Mundial como gestor. Até agora, foram prometidos cerca de US\$ 700 milhões, com contribuições de vários países, incluindo Itália, Alemanha e Estados Unidos, valor ainda muito aquém do necessário para atender às necessidades das comunidades impactadas por eventos climáticos extremos. ⁵¹

⁵⁰ Outros mecanismos de financiamento podem ser visualizados aqui: [Legislação e mudanças climáticas, ClimaInfo.](#)

⁵¹ [Conselho do novo fundo para perdas de danos escolhe nome e país anfitrião | Finanças | Um só Planeta](#)

Além de mecanismos de financiamento, conhecer os espaços de incidência na agenda de clima permite que os membros da Rede Comuá participem de debates e processos decisórios relevantes. Diante dos desafios do financiamento climático, a atuação nesses espaços fortalece a Rede e seus membros, aumentando sua visibilidade e credibilidade, e possibilitando a construção de alianças estratégicas com outros atores que compartilham objetivos comuns.

No âmbito da filantropia, um movimento de incidência relevante para a Rede e seus membros tem sido o “Mês da Filantropia que Transforma”, momento dedicado para debater, visibilizar e fomentar as práticas da Filantropia Comunitária e de Justiça Socioambiental e demonstrar sua contribuição para a transformação social, acesso a direitos e fortalecimento da sociedade civil e da democracia.

A Iniciativa Comuá pelo Clima tem o potencial de ampliar a capacidade da Rede de construção de alianças e parcerias com outros atores, inclusive do Norte Global, para ocupar outros espaços e quebrar silos. Nesse sentido, uma estratégia de ampliação de influência deve incluir ocupar novos espaços para **debater mudanças climáticas a partir de um olhar da filantropia comunitária**.

Para cada espaço, objetivos, público-alvo e potenciais de atuação devem ser estabelecidos. Nesse sentido, a Iniciativa Comuá pelo Clima pode se engajar para estar presente em fóruns relevantes e estratégicos, buscando atingir objetivos pragmáticos através da incidência em outros espaços políticos e de tomadas de decisão de alto nível. Abaixo, elencamos alguns eventos que podem ser considerados para uma atuação ampliada.

Tabela 8. Mapeamento de eventos relevantes para a agenda de clima

Nome	Objetivo	Público-alvo	Datas para 2024 e 2025	Potencial atuação
NYC Climate Week	A NYC Climate Week busca concentrar discussões para mitigar as mudanças climáticas. Almejando fortalecer a ambição climática inspira, amplia e fornece uma plataforma global para conexão e discussão por meio de eventos próprios, oportunidades de envolvimento com parceiros.	Reúne os líderes mais influentes em ação climática de negócios, governo e comunidade climática, ao largo da Assembleia Geral das Nações Unidas, na cidade de Nova York.	22 a 29 de setembro de 2024. Ocorre anualmente, sempre no mês de setembro.	Organizar eventos paralelos (<i>side events</i>) com parceiros estratégicos, em parceria com organizações lideradas por comunidades de base.
Conferência da Biodiversidade ONU (CBD)	Cada vez mais importante no cenário da mudança climática e da proteção da biodiversidade. Estratégica, considerando a relação de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e comunidades locais com a biodiversidade.	Mobiliza atores e interessados de todo o mundo para chegar a um novo conjunto de metas para a natureza para a próxima década.	21 de outubro a 1º de novembro de 2024, em Cali, na Colômbia.	Espaço para pressionar por metas mais ambiciosas para proteção da biodiversidade. Fortalecer a incidência junto ao governo brasileiro para ampliar a atuação do Brasil na proteção das florestas e na proteção de áreas terrestres e marinhas, bem como das populações que as protegem.

Nome	Objetivo	Público-alvo	Datas para 2024 e 2025	Potencial atuação
Encontros da Cúpula do G20	O Brasil preside em 2024 o encontro anual de presidentes e primeiros-ministros do G20, grupo das 20 maiores economias do planeta.	Nos encontros de alto nível do G20, além de chefes de estado e de governo, participam também as autoridades máximas de organismos multilaterais, como Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e Banco Mundial, por exemplo.	18 e 19 de novembro de 2024, no Rio de Janeiro.	Influenciar a presidência do Brasil para pautar o debate com foco na agenda climática e social. Espaço para pressionar sobre mecanismos de financiamento climático para países em desenvolvimento e populações mais vulnerabilizadas. Participação em diversos grupos de trabalho do C20 (Sociedade civil) para debate e construção do documento de propostas. Ampliar o engajamento junto ao F20.
Conferência das Partes (COP)	É uma reunião anual dos representantes de países e territórios signatários da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC). Trata-se do principal órgão deliberativo da UNFCCC, e que tem como objetivos a implementação, o acompanhamento e a atualização de medidas voltadas para a menor emissão de gases do efeito estufa, numa tentativa de conter o aquecimento global e as mudanças climáticas.	Países, organizações, empresas e movimentos da sociedade civil.	11 a 24 de novembro, em Baku, no Azerbaijão.	Espaço para pressionar por metas mais ambiciosas para proteção da biodiversidade.
Reunião Anual do Fórum Econômico Mundial	O objetivo do encontro é reunir lideranças para trabalharem juntas para reconstruir a confiança e moldar os princípios, as políticas e as parcerias necessárias para enfrentar os desafios da atualidade. Estes desafios giram em torno de conflitos internacionais, pobreza e problemas ambientais.	O evento dura uma semana e reúne chefes de estado e de governo, CEOs empresariais, representantes da sociedade civil, meios de comunicação e líderes juvenis da África, Ásia, Europa, Oriente Médio, América Latina e América do Norte.	20 a 24 de janeiro de 2025, em Davos, na Suíça.	Espaço para pressionar sobre mecanismos de financiamento para países em desenvolvimento; Realizar campanha para pressionar investidores a contribuir com uma transição justa e a descarbonização da economia de países em desenvolvimento.

Nome	Objetivo	Público-alvo	Datas para 2024 e 2025	Potencial atuação
Subsidiary Bodies (SB) da Convenção de Clima da ONU (UNFCCC)	<p>Os dois órgãos subsidiários da Convenção de Clima da ONU são Subsidiary Body for Scientific and Technological Advice (SBSTA) e o Subsidiary Body for Implementation (SBI). Estes são grupos de referência para tratar de questões técnicas e específicas relacionadas à mudança do clima.</p> <p>Apesar de tradicionalmente os <i>SB meetings</i> serem discussões com ênfase técnica, tem crescido o <i>advocacy</i> de ONGs e movimentos sociais.</p>	A participação na conferência de junho sobre Mudanças Climáticas é reservada às Partes da UNFCCC, Estados observadores, organizações observadoras admitidas, ONU e representantes da mídia inscritos por seus respectivos pontos focais no Sistema de Cadastro Oficial e convidados a participar de reuniões específicas.	Junho de 2025.	Promover campanha de <i>advocacy</i> para mobilizar a opinião pública e pressionar por mecanismos de financiamento climático mais inclusivos.

11.

Considerações finais

A análise da atuação dos membros da Rede Comuá e o mapeamento das Soluções Climáticas Locais (SCLs) apoiadas e/ou implementadas revela um esforço significativo na interseção entre as agendas climática e de direitos humanos. Embora os membros tenham missões e objetivos distintos, todos estão comprometidos com a agenda de justiça climática. Esse compromisso é evidenciado pelo apoio a iniciativas comunitárias que valorizam saberes locais e ancestrais e pelo engajamento de grupos vulnerabilizados.

A diversidade de abordagens da ação climática é um ativo a ser considerado, inclusive para promover a troca de experiências e o compartilhamento de estratégias, o que pode fortalecer ainda mais a coesão, o impacto e a sinergia de ações implementadas pelas organizações membro da Rede. Além disso, o aumento nos recursos investidos em justiça climática nos últimos anos indica um potencial crescente para a implementação de SCLs, que são co-construídas com as comunidades, conforme suas prioridades e demandas. As soluções mapeadas são caracterizadas por sua transversalidade e interseccionalidade, abordando múltiplos desafios socioambientais de maneira integrada e considerando questões de gênero, raça, classe e território. Levando em conta a alta capilaridade das ações implementadas pelos membros da Rede, é possível afirmar que há um alto potencial de escalabilidade dessas soluções em todos os biomas do território brasileiro.

A **Iniciativa Comuá pelo Clima** representa a consolidação de uma vocação já instalada, e que vem se fortalecendo ao longo dos anos. Tem o potencial de fortalecer organizações lideradas por povos indígenas, comunidades tradicionais e populações urbanas e periféricas, garantindo maior representatividade em debates políticos e decisões sobre financiamento climático, com foco na defesa de direitos e territórios e em garantir o seu envolvimento em processos de tomada de decisão.

A **Iniciativa Comuá pelo Clima** pode desempenhar um papel crucial na filantropia

climática através de uma abordagem decolonial, que busca garantir o protagonismo de atores historicamente excluídos de processos de tomada de decisão, visando democratizar o acesso a recursos e assegurar que o financiamento chegue às bases. A implementação de um novo modelo de filantropia equitativo deve conectar pessoas e territórios, incluir atores locais, revisar práticas de doação, simplificar processos de prestação de contas e reconhecer as organizações e movimentos da sociedade civil como protagonistas das mudanças socioambientais e políticas necessárias para alcançar a justiça climática.

Garantir que as necessidades locais sejam atendidas de maneira justa e sustentável é um objetivo que só será alcançado por meio da construção de parcerias estratégicas. Para isso, faz-se necessário superar barreiras de colaboração e potencializar esforços voltados para o fortalecimento de fundos com atuação local, que apoiam movimentos sociais, comunidades, ativistas e atores políticos que desenvolvem soluções a partir dos territórios, aumentando a capacidade de ação e resiliência dos grupos de base do Sul Global. Nesse sentido, a **Iniciativa Comuá pelo Clima** surge em um momento oportuno de crescente engajamento e compromisso por parte de atores relevantes da filantropia no Sul e no Norte Globais.

A necessidade de alinhar esforços para a coordenação de uma ação transformadora, orientada pela justiça climática é urgente. As lições aprendidas ao longo da trajetória de atuação dos membros da Rede indicam caminhos promissores, que devem guiar os próximos passos da **Iniciativa Comuá pelo Clima** em sua missão de contribuir para um ecossistema filantrópico e de financiamento mais justo, inclusivo e de maior impacto, garantindo a resiliência e a prosperidade das comunidades que muito podem contribuir com a implementação de soluções eficazes para a sociedade, para o meio ambiente e para o clima.

Referências

Adaptation Gap Report 2023. UNEP. Disponível em: <https://www.unep.org/resources/adaptation-gap-report-2023>. Acesso em: 26 jul. 2024.

Activate: Feminist movements and climate justice. Equality Fund. Disponível em: https://equalityfund.ca/wp-content/uploads/2023/03/ActivateReport_portuguese.pdf. Acesso em: 26 jul. 2024.

A descolonização da filantropia está avançando. Rede Comuá. Disponível em: <https://redecomuá.org.br/a-descolonizacao-da-filantropia-esta-avancando/>. Acesso em: 26 jul. 2024.

A escassez de financiamento direto e flexível para direitos humanos no sul e leste globais: Reflexões sobre o cenário brasileiro. Rede Comuá. Disponível em: <https://redecomuá.org.br/a-escassez-de-financiamento-direto-e-flexivel-para-direitos-humanos-no-sul-e-leste-globais-reflexoes-sobre-o-cenario-brasileiro/>. Acesso em: 26 jul. 2024.

Alianza Fondos del Sur. Disponível em: <https://alianzafondosdelsur.org/>. Acesso em: 26 jul. 2024.

Biodiversity fund approves 18 new project preparation grants. GEF. Disponível em: <https://www.thegef.org/newsroom/press-releases/biodiversity-fund-approves-18-new-project-preparation-grants>. Acesso em: 26 jul. 2024.

Climate adaptation finance 2023. Climate Policy Initiative. Disponível em: <https://www.climatepolicyinitiative.org/pt-br/publication/state-and-trends-in-climate-adaptation-finance-2023/#:~:text=Via%20analysis%20informed%20by%20CPI's,saw%20a%20more%20modest%20increase>. Acesso em: 26 jul. 2024.

Climate Change and Human Rights. Office of the High Commissioner for Human Rights. Disponível em: <https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Issues/ClimateChange/InfoNoteHRBA.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2024.

Climate change: A matter of justice. UNDP Climate Promise. Disponível em: <https://climatepromise.undp.org/news-and-stories/climate-change-matter-justice-heres-why>. Acesso em: 26 jul. 2024.

Climate change and its impacts on health and nutrition. FAO. Disponível em: <https://www.fao.org/3/cb2953pt/cb2953pt.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2024.

Climate policy innovation: Sources, patterns, and effects. Jordan, Andrew; Huitema, Dave. Environmental Politics. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09644016.2013.835203>. Acesso em: 26 jul. 2024.

Climate solutions forum. Rede Comuá. Disponível em: <https://redecomuá.org.br/rede-comua-participa-do-f20-climate-solutions-forum/>. Acesso em: 26 jul. 2024.

Climate Week NYC. Disponível em: <https://www.climateweeknyc.org/about-us>. Acesso em: 26 jul. 2024.

Coalition call to action climate adaptation COP28. ClimateWorks Foundation. Disponível em: <https://www.climateworks.org/press-release/coalition-call-to-action-climate-adaptation-cop28/>. Acesso em: 26 jul. 2024.

Compromisso Brasileiro da Filantropia sobre Mudanças Climáticas. GIFE. Disponível em: <https://gife.org.br/gifenacop/compromisso-brasileiro-filantropia-sobre-mudancas-climaticas/#:~:text=O%20>

Compromisso%20Brasileiro%20da%20Filantropia,filantropia%20brasileira%20na%20a%C3%A7%C3%A3o%20clim%C3%A1tica. Acesso em: 26 jul. 2024.

Conferência de biodiversidade da ONU - COP 15. UNEP. Disponível em: <https://www.unep.org/pt-br/events/conference/conferencia-de-biodiversidade-da-onu-cop-15>. Acesso em: 26 jul. 2024.

Conselho do novo fundo para perdas e danos escolhe nome e país anfitrião. Um Só Planeta. Disponível em: <https://umsoplaneta.globo.com/financas/noticia/2024/07/15/conselho-do-novo-fundo-para-perdas-de-danos-escolhe-nome-e-pais-anfitriao.ghtml>. Acesso em: 26 jul. 2024.

Cúpula Rio 2024. G20. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/sobre-o-g20/cupula-rio-2024>. Acesso em: 26 jul. 2024.

COP 29. UNFCCC. Disponível em: <https://unfccc.int/cop29>. Acesso em: 26 jul. 2024.

Especial Rede GIFE: Censo GIFE 22/23. GIFE. Disponível em: <https://gife.org.br/especial-redegife-censo-gife-22-23/>. Acesso em: 26 jul. 2024.

Falling short. Rights and Resources Initiative. Disponível em: https://dv719tqmsuwvb.cloudfront.net/documents/Publikasjoner/Andre-rapporter/RF_Falling_short_Summary_PT.pdf. Acesso em: 26 jul. 2024.

Filantropia que transforma. In: Rede Comuá. Disponível em: https://redecomuá.org.br/wp-content/uploads/2023/09/REDE-COMUA_Filantropia-que-transforma_v2-1.pdf. Acesso em: 26 jul. 2024.

Financiamento climático, sociedade civil e a agenda de direitos. Rede Comuá. Disponível em: <https://redecomuá.org.br/financiamento-climatico-sociedade-civil-e-a-agenda-de-direitos/>. Acesso em: 26 jul. 2024.

Fórum Brasileiro de Finanças Climáticas. Disponível em: <https://forumbrasileirodefinancasclimaticas.colab208.com.br/agenda>. Acesso em: 26 jul. 2024.

GAGGA Alliance. Disponível em: <https://gaggaalliance.org/>. Acesso em: 26 jul. 2024.

Global biodiversity framework fund. GEF. Disponível em: <https://www.thegef.org/what-we-do/topics/global-biodiversity-framework-fund>. Acesso em: 26 jul. 2024.

Global landscape of climate finance 2023. Climate Policy Initiative. Disponível em: <https://www.climatepolicyinitiative.org/wp-content/uploads/2023/11/Global-Landscape-of-Climate-Finance-2023.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2024.

Legislação e Mudanças Climáticas. ClimaInfo. Disponível em: https://climainfo.org.br/wp-content/uploads/2022/07/Apostila_Legislacao-e-Mudancas-Climaticas.pdf. Acesso em: 26 jul. 2024.

Matriz elétrica brasileira alcança 200 GW. ANEEL. Disponível em: [https://www.gov.br/aneel/pt-br/assuntos/noticias/2024/matriz-eletrica-brasileira-alcanca-200-gw#:~:text=Ao%20atingir%20a%20marca%20de,renov%C3%A1veis%20\(1%25%20Nuclear\)](https://www.gov.br/aneel/pt-br/assuntos/noticias/2024/matriz-eletrica-brasileira-alcanca-200-gw#:~:text=Ao%20atingir%20a%20marca%20de,renov%C3%A1veis%20(1%25%20Nuclear)). Acesso em: 26 jul. 2024.

Plataforma SEEG. Disponível em: <https://plataforma.seeg.eco.br/>. Acesso em: 26 jul. 2024.

Policy innovation in a changing climate: Sources, patterns and effects. Jordan, Andrew; Huitema,



Dave. Environmental Politics. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09644016.2013.835203>. Acesso em: 26 jul. 2024.

Philanthropy for Climate. Disponível em: <https://philanthropyforclimate.org/about-us/>. Acesso em: 26 jul. 2024.

Rede de fundos comunitários amazônicos realiza IV encontro em Manaus. Fundo Podáali. Disponível em: <https://fundopodaali.org.br/rede-de-fundos-comunitarios-amazonicos-realiza-iv-encontro-em-manaus/>. Acesso em: 26 jul. 2024.

Rede Comuá lança iniciativa Comuá pelo clima. Rede Comuá. Disponível em: <https://redecomua.org.br/rede-comua-lanca-iniciativa-comua-pelo-clima/>. Acesso em: 26 jul. 2024.

Salvuardas. ClimaInfo. Disponível em: https://climainfo.org.br/wp-content/uploads/2024/02/Salvuardas_FEV02_CLIMAINFO.pdf. Acesso em: 26 jul. 2024.

State of funding brief 2023. Rights and Resources Initiative. Disponível em: https://rightsandresources.org/wp-content/uploads/2023-State-of-Funding_Brief-EN.pdf. Acesso em: 26 jul. 2024.

State of funding for tenure rights and forest guardianship. Path to Scale. Disponível em: [https://www.pathtoscale.org/resources/state-of-funding-for-tenure-rights-and-forest-guardianship#:~:text=Key%20findings%20include%20the%20following,Tenure%20Funders%20Group%20\(FTFG\)](https://www.pathtoscale.org/resources/state-of-funding-for-tenure-rights-and-forest-guardianship#:~:text=Key%20findings%20include%20the%20following,Tenure%20Funders%20Group%20(FTFG)). Acesso em: 26 jul. 2024.

Semana da Filantropia. F20 Climate Solutions Forum. Disponível em: <https://f20-climatesolutionsforum.colab208.com.br/semana-da-filantropia>. Acesso em: 26 jul. 2024.

Sixth Assessment Report: Working Group II. IPCC. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/sixth-assessment-report-working-group-ii/>. Acesso em: 26 jul. 2024.

Shift the Power. Disponível em: <https://shiftthepower.org/about-us/>. Acesso em: 26 jul. 2024.

Trust Based Philanthropy. Disponível em: <https://www.trustbasedphilanthropy.org/>. Acesso em: 26 jul. 2024.

Trust Gap Report. Human Rights Funders Network. Disponível em: <https://www.hrfn.org/wp-content/uploads/2023/10/Trust-Gap-Report-HRFN.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2024.

World Economic Forum Annual Meeting 2025. World Economic Forum. Disponível em: <https://www.weforum.org/events/world-economic-forum-annual-meeting-2025/>. Acesso em: 26 jul. 2024.

WRI.: Putting people at the center of climate action. World Resources Institute. Disponível em: https://wriorg.s3.amazonaws.com/s3fs-public/wri-commentary-putting-people-center-climate-action_0.pdf. Acesso em: 26 jul. 2024.



Créditos

Iniciativa **Comuá pelo Clima: financiamento de soluções climáticas locais e cenários da filantropia**

Pesquisa e produção

CLIMÁTICA Consultoria

Priscilla Santos e Rayana Burgos, com apoio de Sâmara Oliveira

Coordenação geral

Graciela Hopstein e Jonathas Azevedo

Produção e revisão

Mônica Ribeiro

Diagramação e Design Gráfico

Marina Castilho

Catlogação na publicação

G731c Hopstein, Graciela; Azevedo, Jonathas.

Comuá pelo Clima: financiamento de soluções climáticas locais e cenários da filantropia / Coordenação geral: Graciela Hopstein e Jonathas Azevedo. – Rio de Janeiro: Ape'ku, 2024.

64 p.; 21 X 29,7 cm

ISBN 978-65-984162-1-8

1. Filantropia e Clima. 2. Financiamento de soluções climáticas locais. I. Hopstein, Graciela. II. Azevedo, Jonathas. III. Título.

CDD 361.7

Agradecimentos

Membros da Rede Comuá que forneceram orientação crítica, perspectivas e ideias, com destaque para Graciela Hopstein (Diretora Executiva) e Jonathas Azevedo (Assessor de Programas) ao longo do processo.

Setembro de 2024

Rede Comuá

Equipe Executiva

Graciela Hopstein
Diretora executiva

Jonathas Azevedo
Assessor de programas

Mica Peres
Coordenadora de operações

Mônica Ribeiro
Coordenadora de Comunicação

Wanda Alves
Assistente de operações e finanças

Yasmin Moraes
Assessora de programas

Conselho de Governança

Ana Valéria Araújo
Diretora Executiva do Fundo Brasil

Giovanni Harvey
Diretor Executivo do Fundo Baobá para Equidade Racial

Larissa Amorim
Coordenadora Executiva da Casa Fluminense

Roberto Vilela
Diretor Executivo da Tabôa – Fortalecimento Comunitário

Conselho Fiscal

Gislene Aniceto
Gerente Geral do Fundo Brasil

Hebe da Silva
Coordenadora Administrativa e Financeira do Fundo Baobá para Equidade Racial

Membros da Rede Comuá





comuá rede comuá
filantropia que
transforma